

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)

**A HISTÓRIA ANTERIOR À ADOÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
CONSTRUÍDAS POR PRETENDENTES À ADOÇÃO**

LUANA DA SILVA CASTILHO CORDEIRO

IRATI
2023

LUANA DA SILVA CASTILHO CORDEIRO

**A HISTÓRIA ANTERIOR À ADOÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
CONSTRUÍDAS POR PRETENDENTES À ADOÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Cristiana Magni

IRATI
2023

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da UNICENTRO

C794h Cordeiro, Luana da Silva Castilho
A história anterior à adoção: representações sociais construídas por pretendentes à adoção / Luana da Silva Castilho Cordeiro. – – Irati, 2023.
viii, 88 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Área de concentração: Desenvolvimento Comunitário, 2023.

Orientadora: Cristiana Magni
Banca examinadora: Cristiana Magni, Gustavo Zambenedetti, Jailma Belarmino Souto
Bibliografia

1. Adoção. 2. Família adotiva. 3. Traços de história de vida. 4. Representação social. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário.

CDD 155.445



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO

LUANA DA SILVA CASTILHO CORDEIRO

“A HISTÓRIA ANTERIOR À ADOÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR PRETENDENTES À ADOÇÃO”

Dissertação aprovada em 25 de agosto de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Dr.^a Cristiana Magni
(UNICENTRO) Orientadora

Dr. Gustavo Zambenedetti
(UNICENTRO) Examinador Interno

Dr.^a Jailma Belarmino Souto
(UEP) Examinadora Externa

Irati, 25 de agosto de 2023

*Às famílias por adoção e àquelas que tiveram
seus filhos destituídos, aos profissionais e aos
grupos de apoio à adoção, à toda comunidade*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida.

Ao meu companheiro de vida Carlos, por me apoiar em todos os momentos e suportar com amor minhas ausências.

À minha filha Alice, que mesmo ainda sendo gestada me deu forças para concluir este estudo.

À toda minha família, em especial meus pais, Elis e Valdir, meus irmãos, Luiza e Luiz Miguel, meus avós, Antonina e José, minha tia querida, Vilma, meus padrinhos amados, João Carlos e Vitória e meus primos, Mardiury e Richard. Por suportarem minhas ausências com amor, pelo incentivo e pela alegria de viver.

À Mônica, por me apresentar o universo da adoção e me guiar em meus primeiros passos na pesquisa.

A todos do grupo GAMA, pretendentes à adoção e estagiários, por me proporcionarem tantos momentos importantes de reflexão e inspiração para esta pesquisa.

Ao Centro Universitário Guairacá, por apoiar esta pesquisa e disponibilizar o acesso aos documentos.

A todos os professores do PPGDC, pelos preciosos ensinamentos e orientações.

À querida professora Cristiana Magni, por seu carinho, sensibilidade, companheirismo e comprometimento ao me orientar nesta pesquisa. Obrigada por deixar esse percurso leve sem perder o rigor científico.

À professora Jailma e ao professor Gustavo, por toda partilha de conhecimentos, pelas contribuições já dadas e por aquelas que ainda estão por vir.

Aos colegas e funcionários do PPGDC, em especial ao Jean, por toda ajuda com as questões burocráticas e documentais.

Ao Raul e Romeu, pelo companheirismo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos disponibilizada durante todo o período do mestrado.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal apontar quais são as representações sociais da história anterior à adoção, construídas por pretendentes a ela, além de analisar as possíveis consequências dessas representações sociais para o processo de adoção e propor maneiras de conceber a história anterior à adoção no contexto familiar e comunitário. A metodologia utilizada foi a análise documental de registros em atas de um grupo de apoio à adoção, entre os anos de 2017 e 2021. O conteúdo das atas foi analisado à luz da Teoria das Representações Sociais, onde encontrei fundamento para analisar as representações e suas consequências no contexto da adoção. Foram analisados 157 registros. A partir dos fragmentos analisados, as representações sociais construídas pelos pretendentes à adoção apresentam grande influência dos mitos construídos historicamente, representam a adoção como algo a ser camuflado e como opção secundária para tornar-se pai ou mãe. O filho adotivo é representado como portador de traumas irreparáveis e ao se tratar de adoção de crianças maiores, a representação social é de uma criança/adolescente de caráter duvidoso e personalidade já formada. No que diz respeito a maternidade e paternidade adotiva, sua representação social é a de natural e divina, e a função dos pais seria prover educação e amor. A religião ocupa um lugar de destaque nas representações sociais, se fazendo presente nas características desejadas do filho adotivo e na capacitação dos pais. A família de origem é representada como uma ameaça ao vínculo adotivo e a história do filho anterior à adoção é representada como algo de grande importância, mas que causa medo nos pais. As possíveis consequências destas representações são a propagação de estigmas que causam grandes prejuízos à construção do vínculo entre pais e filhos e, em contexto social e comunitário, reforçam preconceitos e a deslegitimação da adoção enquanto uma forma de constituição familiar.

Palavras-chave: Adoção; família adotiva; traços de história de vida; representação social;

ABSTRACT

The main objective of this study was to point out the social representations of the history prior to adoption, constructed by applicants, in addition to analyzing the possible consequences of these social representations for the adoption process and proposing ways to conceive the history prior to adoption in the family and community context. The methodology used was the documentary analysis of records in minutes of an adoption support group, between the years 2017 and 2021. The content of the minutes was analyzed in the light of the Theory of Social Representations, where I found a basis for analyzing representations and their consequences in the context of adoption. A total of 157 records were analyzed. From the fragments analyzed, the social representations constructed by the applicants for adoption show great influence of the myths built historically, representing adoption as something to be camouflaged and as a secondary option to become a parent. The adopted child is represented as a bearer of irreparable traumas and when it comes to the adoption of older children, the social representation is of a child/adolescent of dubious character and personality already formed. With regard to adoptive motherhood and fatherhood, their social representation is natural and divine, and the parents' role would be to provide education and love. Religion occupies a prominent place in social representations, being present in the desired characteristics of the adopted child and in the training of parents. The family of origin is represented as a threat to the adoptive bond and the history of the child prior to adoption is represented as something of great importance, but which causes fear in the parents. The possible consequences of these representations are the propagation of stigmas that cause great damage to the construction of the bond between parents and children and, in a social and community context, reinforce prejudices and the delegitimization of adoption as a form of family constitution.

Keywords: Adoption; family; life history traits; social representation

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CNJ Conselho Nacional de Justiça

COVID-19 Coronavírus Disease 2019

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FUNABEM Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GAMA Grupo de Apoio Multifamiliar à Adoção

N.P. Não paginado

RS Representações Sociais

SAIJ- Serviço Auxiliar da Infância e Juventude

TRS- Teoria das Representações Sociais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Subcategoria 1.1 - Características físicas do(a) filho(a) adotivo(a).

Quadro 2. Subcategoria 1.2 - Características afetivas e psicossociais

Quadro 3. Subcategoria 1.3 - Expectativa da maternidade e paternidade adotiva

Quadro 4. Subcategoria 2.1 - Adoção de crianças maiores

Quadro 5. Subcategoria 3.1 - A família biológica

Quadro 6. Subcategoria 3.2 - A história do filho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 A HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL	11
2.1.1. A história anterior à adoção	14
2.2 OS MITOS CONSTRUÍDOS ACERCA DA ADOÇÃO	17
2.3 QUANDO A ADOÇÃO COMEÇA	21
2.4. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	23
2.4.1. Fundamentos da Teoria das Representações Sociais	25
2.4.2. Aspectos metodológicos da pesquisa em Representações Sociais (RS)	28
3. PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.1 ETAPA 1	31
3.2 ETAPA 2	32
3.3 O GRUPO GAMA	33
3.4. ANÁLISE DOS DADOS	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1 EXPECTATIVAS E IDEALIZAÇÕES	37
4.1.1 Reflexões sobre as características físicas do(a) filho(a) adotivo(a).	37
4.1.2 Reflexões sobre as características afetivas e psicossociais.	45
4.1.3 Reflexões sobre a expectativa da maternidade e a paternidade adotiva	54
4.2 ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES	62
4.2.1 Reflexões sobre a Adoção de crianças maiores	62
4.3 HISTÓRIA ANTERIOR DE PAIS E FILHOS POR ADOÇÃO	70
4.3.1 Reflexões sobre a família biológica	70
4.3.2 Reflexões sobre a história do filho	74
Quadro 6. Subcategoria 3.2 - A história do filho	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de muitas inquietações que tive e ainda tenho ao fazer parte de um grupo de apoio à adoção enquanto extensionista durante a graduação de Psicologia, e atualmente, como voluntária do Grupo de Apoio Multifamiliar à Adoção, conhecido por sua sigla, GAMA, o qual realiza encontros semanais e configura-se como parte obrigatória do processo de habilitação para os pretendentes à adoção da comarca de Guarapuava-PR.

Ao iniciar no projeto, minhas primeiras impressões foram a respeito da complexidade do trabalho, uma aposta em conciliar o desejo de pessoas que gostariam de ter um filho com a necessidade de encontrar famílias para crianças e adolescentes. A princípio essa equação pode parecer simples, se não fossem as condições impostas para que esse encontro aconteça: Qual a idade da criança? E a etnia? Sofreu violência? Tem doenças? Seus genitores usavam drogas? Eram criminosos? É comportada? Tem religião? É educada? Se parece com os adotantes?

E ainda, após a retirada da família de origem, há o trabalho em colocar essa criança ou adolescente em uma instituição de acolhimento, ou em família acolhedora, realizar um trabalho com os pais biológicos para que seu filho não seja retirado deles. Caso esse percurso não seja efetivo, inicia-se o processo jurídico de perda do poder familiar e a retirada permanente da criança, a qual poderá ser colocada em "família substituta" (CNJ, 2022), termo que mereceria ser revisto, pois é uma ilusão achar que a família por adoção substitui a família de origem. Ela continua ali, na história, nas marcas, nos sentimentos e nos não-ditos.

Também se deve considerar as condições das famílias que desejam adotar, as quais vão muito além das financeiras ou de idade. As condições estão na história, que comumente é muito dolorosa, marcada por perdas, encontros com o impossível do gestar biológico, além do medo em ter como filho alguém que lhes é totalmente estranho. Em uma gestação biológica o bebê que nasce é um estranho mas, ao menos, os genitores são conhecidos, o que parece transmitir segurança aos pais biológicos e angustiar os pais adotivos. Na filiação adotiva, não se sabe quem são os genitores, os avós, a "linhagem".

Além disso, nem sempre a notícia é recebida com entusiasmo pelos conhecidos. Muitas vezes é recebida com perguntas, receios, medos e histórias dramáticas. Estas reações estão pautadas nas incertezas da adoção, na origem da criança que lhes parece tão nebulosa e na sua história até encontrar essa nova família, além dos mitos construídos ao longo da história e nos preconceitos que eles reforçam..

Foi por meio da participação neste grupo de apoio que pude escutar sobre as grandes inseguranças dos pretendentes a respeito da história anterior à adoção, o medo em falar sobre o assunto e a preocupação se devem ou não falar disso com o filho e, se falar, como isso poderia ser feito. Este fenômeno despertou em mim o desejo de saber mais sobre o tema e questionar as razões pelas quais este assunto gera tanto incômodo nas pessoas.

Assim, trago como justificativa para a realização deste estudo, a necessidade de conscientização de que a adoção ainda é permeada por mitos e preconceitos que a deslegitimam, estigmatizam e nutrem medos e inseguranças àqueles que desejam adotar, uma vez que atuam na construção de representações sociais negativas e tornam o tema um tabu, mesmo nas famílias por adoção.

Deste modo, pesquisas que esclareçam estas questões e auxiliem na compreensão de como essas representações são construídas e compartilhadas, são capazes de contribuir para o enfraquecimento dos tabus que fortalecem os preconceitos sobre a adoção, além de corroborar para a construção de uma cultura que a reconheça enquanto construção familiar e atuar como base na preparação dos futuros pais. Além de ser um meio para proteger crianças e adolescentes de serem privados de suas histórias e apontar possíveis maneiras de evitar segredos que trarão prejuízos para estas famílias.

Fica evidente a lacuna teórica sobre os aspectos da história anterior à adoção. Neste sentido, este estudo justifica-se por poder contribuir com o enriquecimento do arcabouço teórico sobre o tema, a partir da revisão da literatura realizada.

Quanto ao percurso metodológico e a construção do problema de pesquisa, faço um percurso para compreender como a história anterior à adoção é representada por aqueles que pretendem adotar uma criança e/ou um adolescente. Como resultado dessa vivência e desses estudos, apresento aqui um ensaio que tem como objetivo apontar quais são as representações sociais da história anterior à adoção construídas pelos pretendentes, a partir de uma análise documental com base nas atas do grupo GAMA. Ainda pretendo analisar as possíveis consequências dessas representações sociais para o processo de adoção e propor maneiras de conceber a história anterior à adoção no contexto familiar e comunitário.

No sentido de ampliar os olhares para a adoção e para as histórias de pais e filhos adotivos, encontro na Teoria das Representações Sociais, uma forma de trazer uma contribuição para a interpretação de como as pessoas constroem e compartilham conhecimentos sociais, ideias, valores, crenças e práticas em sociedade. Uma vez que esta teoria apresenta uma perspectiva que possibilita a investigação dos elementos da realidade social que surgem e se legitimam nas interações e relações interpessoais cotidianas e tem

como finalidade compreender, explicar e controlar a realidade social, transformando estes conteúdos em conhecimentos socialmente partilhados (Guareschi, 2000).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL

Para contextualizar historicamente a adoção no Brasil, cabe fazer uma retomada sobre a construção social da infância e o lugar ocupado pela criança no decorrer da história. Ariès (1981) aponta que antes do século XV, a criança era vista como um adulto em miniatura e misturava-se na vida adulta. Nos séculos XV e XVII, a mortalidade infantil era altíssima e, por essa razão, os sentimentos de afeição pela criança eram evitados. Com a chegada do século XVII, a escola passa a ocupar um lugar importante na separação de adultos e crianças, as quais passam a ser vistas como inocentes que deveriam separar-se das impurezas do mundo adulto. Neste tempo, os filhos permanecem mais tempo com sua família nuclear e fomenta-se a ideia de amor pelas crianças.

Posteriormente, no século XVIII, o sentimento de cuidado e afeição pela criança passa a ganhar força, seguido da preocupação com a saúde e a higiene. A moral ganha força e os pais passam a ser responsáveis por, além de amar, educar seus filhos. No século XVII, os papéis familiares se definem e o pai torna-se o chefe e a autoridade na família, ao qual todos deviam submissão e obediência. Nos séculos XIX e XX, sentimentalismo e o amor romântico passam a ser a base da família. A criança passa a ser vista como um sujeito em uma condição especial, dando início ao período da criação das políticas públicas a favor da proteção da infância (Ariès, 1981).

No Brasil, as práticas para assistir a infância abandonada se deram desde o período colonial até o século XIX por meio de práticas caritativas, fortemente influenciadas pela Igreja Católica, conservando características assistenciais, fraternais, paternais e sem a finalidade de transformação social. Aos poucos, o Estado foi responsabilizado pela administração dos negócios públicos, entre eles a assistência pública. Nesta fase, as Câmaras Municipais tinham responsabilidade e autonomia para prover assistência às crianças enjeitadas (termo utilizado na época para se referir às crianças deixadas nas portas das casas e igrejas) e com a autorização do rei, foram criados convênios com outras instituições que pudessem atender às necessidades dessas crianças, sobretudo, as Santas Casas de Misericórdia (Marcílio, 2019).

Além deste, outro sistema de proteção à infância vulnerável foi o sistema informal, que se estende no Brasil desde o século XVI até os dias atuais. Trata-se de indivíduos que

recolhem crianças (em geral recém-nascidos) deixados pelos genitores nas portas das casas ou das igrejas, e pelos mais diversos motivos decidem criá-las. São os chamados “filhos de criação”, prática ainda muito atravessada pelo viés caritativo com a promessa da salvação futura para os que a praticam (Marcílio, 2019). Este tipo de adoção foi denominado “adoção à brasileira” e hoje é considerada um delito, assim como prevê o artigo 242 do Código Penal (1940).

Já no início do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo se aterrorizou com a capacidade humana de promover tamanha destruição. A partir de então, foi necessário mover esforços para a promoção e manutenção dos direitos humanos a fim de viabilizar a convivência pacífica entre as nações. Em 1945, com o final da Segunda Guerra, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), uma organização pertencente a todos os países com a função de manter a paz e a segurança entre as nações (Comparato, 2010).

Em 1948, a ONU criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que tem entre outros objetivos, assegurar o respeito à dignidade humana sob quaisquer condições. Esta declaração passa a ser um norteador para o estabelecimento da ordem mundial e, portanto, das legislações que se seguiram, entre elas, a Constituição Brasileira de 1988, que de acordo com Piovesan (2001), constitui um marco jurídico da nova gestão democrática instaurada no país e da institucionalização dos direitos humanos.

A DUDH já previa em seu artigo 25 que “Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social”, mas isso não se efetivou de maneira imediata no Brasil, pois até 1964, a Igreja Católica tinha grande influência no âmbito do direito, principalmente nas legislações referentes ao direito de família, privilegiando aquelas matrimonializadas, a hierarquia entre marido, mulher e filhos, assim como os filhos “legítimos”, gerados pelo casal dentro do casamento. Para a Constituição Federal de 1916 (vigente na época), só poderiam adotar aqueles que tivessem mais de 50 anos, sem descendentes legítimos, isso porque o objetivo da adoção era suprir as necessidades do adulto, sejam elas de dar continuidade a um nome, um negócio ou um meio para prover cuidados ao adotante em idade avançada (Schreiner, 2004; Brauner e Aldrovandi, 2010).

Assim, em 1957 foi promulgada a Lei 3.133 que alterou a idade mínima do adotante de 50 para 30 anos, sem a exigência de ausência de prole, entretanto, a dissolução da adoção era permitida e o direito sucessório só era possível se não houvessem filhos ditos legítimos.

Apenas com a Constituição Federal de 1988, atravessada pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos que prioriza a dignidade humana, é que a concepção de família passa a ser mais plural e abrangente, garantindo a igualdade entre filhos

de qualquer origem, sejam biológicos ou adotivos. A exemplo disso, em seu artigo 227, § 6º a Constituição assegura que: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Este novo período marca uma transformação importante, pois agora, a adoção passa a ser uma ferramenta para atender às necessidades da criança e do adolescente e não mais do adulto. Dois anos depois, em 1990, cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que possibilita adoção de crianças e adolescentes até 18 anos de idade, com caráter irrevogável, extinguindo os vínculos e poderes da família de origem. O ECA representou um rompimento com os valores tutelares e repressivos das deliberações anteriores e passou a conceber a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento a partir dos preceitos traçados pela DUDH (Bastos, 2012; Ishida, 2011).

Com base no princípio da proteção integral, o ECA passa a estabelecer o regulamento necessário para a construção de qualquer forma de relação em que as crianças e adolescentes possam estar inseridos, além de atuar como um instrumento de proteção. Neste sentido, Bastos (2012) afirma que a doutrina da proteção integral promoveu uma mudança radical na sociedade brasileira “que passou a reconhecer a criança e o adolescente como verdadeiros sujeitos de direitos humanos em condição peculiar de desenvolvimento, merecedores, desta forma, de um tratamento especial” (p. 123).

O ECA (Art. 19) e a Constituição Federal (Art. 227) compreendem que crianças e adolescentes têm necessidade e direito de ter uma família:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990, grifo nosso).

A adoção apresenta-se, agora, como uma estratégia para garantir este direito àqueles que por algum motivo não puderam permanecer em sua família de origem. Entretanto, mesmo sendo uma estratégia eficaz, a adoção ainda enfrenta grandes desafios, entre eles, a espera prolongada, principalmente pela diferença entre o perfil de crianças pretendidas pelos

adotantes e a realidade das crianças e adolescentes que foram destituídos de sua família biológica.

Vale ressaltar que, posteriormente à criação do ECA, em 2009, a Lei 12.010 do Código Civil (2002), que trata do direito à convivência familiar e comunitária, altera algumas expressões, como, concubinato e pátrio poder, além de incluir a possibilidade de guarda provisória para pais divorciados que tem filhos por adoção e unificar o período de licença-maternidade para mães adotivas.

Hoje, de acordo com os dados estatísticos divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023), existem no Brasil 32.858 pretendentes disponíveis para 4.147 crianças/adolescentes disponíveis para adoção, ou seja, uma proporção de sete pretendentes para cada criança/adolescente. Mais que o suficiente para zerar a fila da adoção e garantir o direito à convivência familiar para todos que estão à espera de um lar. Entretanto, o maior empecilho está na idade pretendida pelos adotantes, enquanto a maioria deseja adotar apenas crianças entre zero e seis anos, prioritariamente, entre dois e quatro anos, a maioria das crianças disponíveis tem mais de seis anos de idade, entre estas, o maior número é o de adolescentes a partir de 14 anos.

Entre as razões para esta escolha, a literatura (Weber, 1999; Levinzon, 2004; Camargo, 2005) aponta o medo dos futuros pais em relação à história anterior do filho, pois ele possivelmente lembrará do que aconteceu antes da adoção, e quanto às possíveis “marcas” ou “traumas” que esta criança possa carregar. Todavia, Hamad (2002) acrescenta que essas justificativas estão, na verdade, relacionadas com a quebra dos ideais de família construídos pelos adultos e, por isso, a história da criança pode gerar tanta angústia.

No âmbito jurídico, o filho por adoção tem direito de saber de sua história, tendo isso assegurado por meio da Lei nº 12.010/09 que acrescentou nova redação ao artigo 48 do ECA, na Lei 8.069/90 que preconiza que "O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos" e em parágrafo único acrescenta que o "acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica".

2.1.1. A história anterior à adoção

O poder judiciário reconhece a importância do filho adotado ter acesso à sua história. Para Auler (2010), este direito está relacionado aos direitos de personalidade, previstos no Código Civil (2002), pois abrange tudo que é intrínseco à pessoa humana e que não pode ser

desconsiderado sem impactar a própria personalidade. Além disso, outros autores como Moraes (1974), Dolto (1988), Mannoni (1990), Levinzon (2004), defendem que saber a verdade sobre sua própria origem é indispensável para uma constituição saudável do ser humano.

A história anterior à adoção pode ser repleta de temas difíceis, como violência, negligência e luto, dificultando que isso seja posto em palavras, mas por se tratar de um anseio legítimo dos filhos e de uma condição para a construção da identidade, saber de sua própria origem é indispensável, a saber das condições em que foi gerado, sua origem geográfica e social (Auler, 2010), bem como, as condições e razões de sua adoção, isto é, saber de sua origem quanto ao desejo de seus pais em adotá-lo.

Vale ressaltar que o Art. 41 do ECA determina que filhos adotivos e biológicos têm os mesmos direitos e deveres, assim, saber da própria história é mais uma das formas de estabelecer igualdade entre os filhos, afinal, é assim que eles podem ser inseridos simbolicamente na linhagem familiar. Quando a criança adotada sabe de sua história e da história do desejo de seus pais em adotá-la, ela pode localizar-se também na história dessa família e saber porque e como pertence a ela. É este processo que permite à criança e ao adolescente desenvolver o sentimento de pertencimento e de ocupar o seu lugar de filho.

Não se pode ignorar a angústia dos pais quanto a essa questão, pois muitas fantasias os amedrontam e podem ser motivadoras para a ocultação da história do filho, entre elas, a falsa ideia que se o filho souber de sua história ou da identidade dos pais biológicos irá desejar ficar com eles. Todavia, a lei que protege o direito ao conhecimento da origem biológica não preconiza o reestabelecimento de vínculos com a família de origem, pois a adoção é irrevogável, além disso, o desejo do filho em ter essas informações diz respeito à busca pela própria história, pelo saber de si e por reafirmar sua individualidade, não por retornar para os pais biológicos (Hamad, 2002; Auler, 2010).

Segundo Levinzon (2004), muitas crianças e adolescentes após a adoção podem expressar, ao mesmo tempo, o medo e o desejo de retornar à família de origem ou à instituição de acolhimento, mas isso costuma ocorrer nos primeiros meses na nova família, fase denominada “período de testes” ou “teste de aceitação”, quando o filho desenvolve comportamentos provocativos para testar o vínculo com os novos pais. Entretanto, esta é uma etapa provisória que costuma se extinguir à medida que a criança/adolescente desenvolve segurança quanto ao que lhe assusta e percebe a solidez do amor dos pais por ela. Neste período, os pais, influenciados pela cultura que valoriza laços consanguíneos em detrimento aos laços afetivos, angustiam-se e carregam o medo de serem abandonados pelo filho adotivo

e de revelarem a ele sua história de vida (Maux e Dutra, 2010). Para Schetinni Filho (1998), a insegurança dos pais decorre da interpretação que fazem da adoção como uma espécie de interferência no fluxo natural da vida daquele filho, algo como se seu lugar fosse ao lado dos pais biológicos. Nesses casos, não é a adoção mas a falta de segurança dos pais no vínculo afetivo construído com o filho, o medo de não ser o pai real ou "de direito", que gera as dificuldades futuras (Maux e Dutra, 2010; Vincoletto e Santos, 2021).

Estas concepções são algumas das razões que fazem com que os pais omitam de seus filhos a sua própria história. Para Dolto (1988) e Hamad (2002) não se trata apenas de o filho adotivo saber de sua adoção, mas de sua impossibilidade de saber sobre os fatos da sua própria história, saber sobre seus genitores, se tem irmãos biológicos, quais as ocasiões da sua destituição familiar, como foi o processo, para onde ele foi após ser afastado da família biológica, como e quem o acolheu, entre outros aspectos anteriores à adoção, pois este período também faz parte da sua constituição.

A literatura (Dolto, 1988; Levinzon, 2004; Maux e Dutra, 2010; Vincoletto e Santos, 2021) traz algumas consequências da decisão de omitir a história da criança: 1) a criação de histórias fantasiosas, por parte das crianças, para responder às lacunas deixadas pelo segredo no que diz respeito a sua história; 2) sintomatização, pois o que não pode aparecer em sua consciência encontra uma via de saída pelos sintomas no corpo; 3) o comprometimento da confiança do filho nos pais; 4) sentimentos negativos sobre a adoção e, 5) dificuldades na relação com a família adotiva.

Entretanto, quando o filho pode saber de sua própria história, as suas dúvidas e possíveis aflições relacionadas a adoção se abrandam e ele pode então atribuir sentido aos eventos pelos quais passou, apropriando-se de sua jornada de vida e, a partir disso, pode então elaborar normas, valores e costumes de si, e sua família, e assim construir sua individualidade. Diferentemente do senso comum, os estudos de Weber (1999), Levinzon (2004) e Vincoletto e Santos (2021) revelam que quando a família por adoção consegue oferecer um ambiente de sustentação adequado, pautado na verdade, no acolhimento e no amor, uma possível marca traumática passa a ser sentida apenas como uma cicatriz, não tendo grande repercussão futura, pois a experiência emocional vivida agora é muito maior, mais duradoura e afetuosa diante da capacidade de acolhimento, da maturidade e do amor compartilhado com os pais adotivos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 12 declara que “Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à

proteção da lei contra tais interferências ou ataques”. Assim sendo, vale questionar: Existe maior ataque à dignidade humana do que a interferência e privação à sua própria história? Isto é, privação daquilo que justamente humaniza e individualiza cada um?

A própria DHDU nem seu artigo 2 considera que todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos e liberdades previstos na declaração independente de seu nascimento, reconhecendo assim, que existe não apenas no Brasil, mas no mundo, preconceitos que colocam o nascimento, a origem dos sujeitos como um fator de discriminação.

Tendo sido apresentada uma evolução da adoção no âmbito jurídico no decorrer dos anos, decorre que, a mesma evolução ainda não é percebida no âmbito social e cultural à medida em que produz e fortalece os mitos que cercam a adoção, a estigmatização e a deslegitimação (Weber, 1999; Camargo, 2005; Schreiner, 2004; Schettini Filho, 2017).

2.2 OS MITOS CONSTRUÍDOS ACERCA DA ADOÇÃO

A adoção ocupa um lugar polêmico no imaginário social, estando envolta por medos e mitos que atravessam as vivências destas famílias desde a decisão em adotar até após a sua concretização. Neste cenário, os mitos desempenham um papel fundamental nas representações da adoção e na manutenção de preconceitos. Abbagnano (1992) concebe o mito a partir de três principais concepções:

1) Na Antiguidade Clássica o mito foi considerado como um produto deformado da intelectualidade [...]. 2) A segunda concepção do mito é aquela segundo a qual é uma forma autônoma de pensamento e vida. Neste sentido, o mito não tem uma validade ou uma função secundária e subordinada com referência à consciência racional, senão função e validade originais e se coloca em um plano diferente, porém de igual dignidade ao do entendimento [...]. 3) A justificação retrospectiva dos elementos fundamentais da cultura de um grupo. ‘O mito não é uma simples narração, nem uma forma de ciência, nem um ramo da arte ou da história, nem uma narração explícita. Cumpre sua função *sui generis* estritamente conectada com a natureza da tradição e a continuidade da cultura com relação à maturidade e juventude e com a atitude humana acerca do passado. A função do mito é, em síntese, a de reforçar a tradição e dar-lhe maior valor e prestígio, relacionando-a com uma realidade mais alta, melhor e sobrenatural que a dos acontecimentos iniciais. (ABBAGNANO, 1992, p. 807-809).

Desta forma, com base na definição de Abbagnano (1992), para melhor compreender os mitos que permeiam a adoção, destacam-se portanto duas características fundamentais deste fenômeno: 1) O mito não corresponde a construções racionais ou científicas, ele tem como função dar continuidade a uma tradição e a uma cultura elevando demasiadamente acontecimentos a uma outra realidade em relação ao acontecimento em si e 2) os mitos influenciam nas normas e práticas cotidianas.

Rodulfo, em 1990, trazia uma definição sobre os mitos familiares, como sendo “o que se respira em um lugar, através de uma série de práticas cotidianas que incluem atos, ditos, ideologias, normas educativas, regulações do corpo” (p.30), e aponta, ainda, que no trabalho com as famílias é indispensável compreender qual é o lugar que a criança ocupa neste mito, bem como as funções de cada membro da família.

Neste sentido, a literatura (Weber, 1999; Hamad, 2002, 2006; Levinzon, 2004; Camargo, 2005) aponta que os principais mitos que envolvem a adoção são: 1) O filho adotivo como sinônimo de problemas, 2) o laço de sangue, 3) a revelação, 4) a impossibilidade da construção de vínculos entre a acriança adotada e a nova família e, 5) o da compensação por afeto.

O mito do laço de sangue desempenha um papel importante, pois está muito presente nas narrativas populares. Indica uma supervalorização dos laços consanguíneos e das semelhanças físicas entre pais e filhos, potencializando situações constrangedoras nas famílias adotivas, principalmente quando os pais e mães não estão preparados para lidar com isso ao ouvirem comentários preconceituosos como, “*mas o grão do olho se parece com o seu*” ou “*nossa, até parece que é de vocês mesmo, é tão parecido*” (Weber, 1999).

Este mito relaciona os traços hereditários aos comportamentos enquanto herança genética que o indivíduo carrega. Nos casos de adoção, é comum atribuir maus comportamentos e histórias que não deram certo ao “sangue ruim” que a criança, supostamente, herda de seus pais biológicos (Schettini, 1999; Weber, 1999; LEVINZON, 2004). Todavia, Diniz (1993) aponta que as dificuldades apresentadas pelos filhos adotivos não estão relacionadas a sua condição, ou seja, não existe uma patologia específica da adoção. O autor considera que a excessiva preocupação com as transmissões de ordem biológica está relacionada aos sentimentos dos adultos e, como consequência, pode representar uma preocupação para as crianças adotadas. A ligação emocional entre pais e filhos não se dá pela via biológica, genética, mas pela relação afetiva que se constrói no cotidiano.

De forma geral, a cultura valoriza laços consanguíneos em comparação aos laços afetivos, sendo comum nas pessoas aspirantes à adoção, o medo de serem abandonadas pelo filho adotivo, bem como de revelar a ele sua história de vida (Maux e Dutra, 2010). Este medo costuma vir acompanhado da angústia de que um dia o filho deseje conhecer seus pais biológicos ou que esses pais biológicos os procurem, fazendo com que seus filhos optem por ficar com sua família de origem. Esta ausência de laços sanguíneos, por vezes faz com que as famílias adotivas se sintam diminuídas, porém, como ressalta Weber (1999), o significado da

adoção está em “transformar uma pessoa que não tem o mesmo sangue, em filho. Os laços de sangue perdem a importância e são construídos laços de ternura, laços de amor” (p.135).

Outro mito muito difundido é a generalização das crianças adotadas como portadoras de traumas irreparáveis. Por diversas vezes, ao pensar em crianças adotivas, os pretendentes à adoção logo imaginam uma criança traumatizada pelo abandono e pela violência e, no futuro, ao apresentar comportamentos tidos como desviantes, estes são prontamente justificados pelo “sangue ruim” ou pelos supostos traumas irreparáveis que esta criança carrega (Weber, 1999). Neste sentido, Levinzon (2004) aponta que a separação da mãe biológica impõe à criança uma necessidade de adaptação a um novo ambiente, incluindo novas pessoas, uma nova mãe e/ou um novo pai. Esta descontinuidade pode influenciar futuramente em uma sensibilidade maior diante de situações de separação e a “um medo latente de ser abandonado” (p.44). Segundo a autora, este medo fica gravado em forma de sensações corporais desagradáveis atreladas a desproteção e a fragilidade.

Para Schetinni Filho (1998) e Maux e Dutra (2010), a preocupação excessiva com os possíveis traumas irreparáveis decorre da interpretação que os pais adotivos têm da adoção como uma espécie de interferência no fluxo natural da vida daquele filho, algo como se seu lugar fosse ao lado dos pais biológicos. Nesses casos, não é a adoção, mas a falta de segurança dos pais no vínculo afetivo construído com o filho e o medo de não ser o pai real ou “de direito”, que gera empecilhos na construção desta nova relação.

Dentro da interpretação deste mito do trauma irreparável que se construiu a ideia da criança adotada como sinônimo de “filho problema” (Weber, 1996). Os casos em que existiram dificuldades foram e ainda são generalizados pelos meios midiáticos, no “boca-a-boca” e, por falta de estudos científicos em relação ao tema, os filhos por adoção são representados em filmes e novelas como rebeldes e geradores de conflitos familiares. Deste modo, construiu-se uma representação social equivocada em relação à criança adotiva, associando a adoção ao fracasso e aos problemas (Weber, 1996; Camargo, 2005). Qualquer mudança de conduta do filho adotivo, é vista como revolta, ingratidão, não reconhecimento do amor e do cuidado que os pais lhe investiram, e é justificada pela “herança de sangue” e pelo trauma irreparável que o filho supostamente carrega consigo.

Não deixa de ser comum as famílias vivenciarem um período turbulento, principalmente no início da convivência familiar, cuja fase é denominada pelos estudiosos como “fase de testes”. Levinzon (2004) explica que os filhos adotivos constantemente apresentam, de forma simultânea, o desejo e o medo de serem devolvidos e para que esta incerteza seja resolvida, a criança pode desenvolver um comportamento provocativo que a

autora afirma ser um “teste” quanto ao vínculo estabelecido. Todavia, esta é uma etapa transitória e quando o filho percebe que o amor e a tolerância dos pais são fortes e suficientes, os testes cessam. Importante destacar ainda que os filhos adotados não estão mais expostos ao surgimento de dificuldades psicológicas em comparação aos filhos biológicos, porém, quando tais dificuldades são evidenciadas, elas comumente passam a ser atribuídas pelos pais adotivos à questão da adoção (Hamad, 2002).

Quanto ao mito da compensação por afeto, Camargo (2005) destaca o que habita no imaginário dos adotantes: a ideia de que a criança adotada teria uma necessidade maior de carinho e atenção, uma vez que supostamente sofreu muitos traumas e privações. Esta ideia pode ocasionar dificuldades na construção da relação entre pais e filhos, pois implica em ações baseadas na noção de compensação de um suposto dano psíquico e, por isso, muitos pais/mães desempenham cuidados excessivos, podendo causar empecilhos na construção da autonomia do filho.

Este fenômeno está intimamente ligado ao mito da revelação, pois a proteção exagerada tem entre suas funções poupar o filho de qualquer coisa que o coloque em perigo e protegê-lo de situações ou emoções “negativas”. Institui-se um “pacto sociofamiliar mantenedor do segredo acerca de sua origem” (Camargo, 2005, p. 72), ou seja, a atuação destes mitos constitui um ciclo em que as atitudes dos pais que acreditam estar compensando a necessidade de afeto do filho e poupando-o de vivenciar situações desagradáveis, estão também o impedindo de acessar a verdade a respeito de sua própria origem.

Neste cenário, onde a hipótese de serem abandonados pelos filhos assombra os candidatos à adoção e aqueles que já são pais/mães, é o que frequentemente leva os pais a não contarem ao filho sua história com a adoção. Para lidar com isso, são construídas histórias fantasiosas e irreais, no intuito de manter o segredo sobre a adoção ou sobre a história anterior a ela, o que significa a criação de frequentes mentiras para preencher as lacunas que o não dito acarreta (Maux e Dutra, 2010).

À medida que pude conhecer mais sobre os mitos acerca da adoção, foi possível vislumbrar como ela está inserida na cultura e, assim, refletir sobre a importância de um trabalho de ressignificação destas ideias que podem atuar como motivações para a realização ou não da adoção, bem como nas decisões importantes do cotidiano das famílias. Existe a urgência da transformação, uma vez que estes mitos têm em comum uma ideia central da criança com defeito, traumatizada, e dos pais salvadores. Esta concepção agrava ainda mais situações que podem ser difíceis para pais e filhos, como falar a respeito da história anterior à adoção, uma vez que, além do sofrimento dos adultos em falar do assunto, como já visto

anteriormente, os mitos a respeito do trauma da compensação por afeto reforçam a ideia que falar sobre a história do filho ou dos pais pode traumatizar “ainda mais” a criança, ferindo a ideia dos pais salvadores.

2.3 QUANDO A ADOÇÃO COMEÇA

Este estudo traz como marco temporal o período anterior à adoção, entretanto, para situar este período é necessário situar quando a adoção começa. Esta necessidade surgiu ao compreender que a adoção não tem seu início apenas a partir da sentença jurídica, mas depende de um processo subjetivo dos adotantes. Desta forma, destaco aqui uma premissa importante para este estudo, a adoção em seu aspecto psíquico e subjetivo, um processo.

Em termos jurídicos, a adoção acontece após o cumprimento de todos os estágios exigidos juridicamente por parte dos pretendentes à adoção, sendo o último passo o estágio de convivência. Após este período, o juiz responsável emite a sentença de adoção e a certidão de nascimento antiga da criança/adolescente é anulada e outra certidão é emitida com os dados dos pais adotivos. A partir deste momento, a criança ou adolescente torna-se legalmente filho e os adultos tornam-se legalmente pais (Lei nº 13.509/ 2017).

Entretanto, a história da adoção de um filho inicia-se antes mesmo do processo jurídico em si. É na tomada de decisão por parte dos adultos de exercerem a maternidade e/ou a paternidade pela via adotiva. Deste modo, o filho é, inicialmente, o desejo de um pai e/ou de uma mãe e deste desejo nascerá um projeto que faz parte da pré-história do filho e será transmitido a ele (de forma dita ou não) após a sua chegada (Szejer e Stewart, 1997; SCHWOCHOW, 2018). Os adultos são portadores de uma pré-história, e a criança de outra, que se entrelaçarão, uma vez que há do lado de ambos uma representação parental do que é ser pai e do que é ser filho, baseada em suas próprias experiências.

Autores como Szejer e Stewart (1997); Levinzon (2004); Silva (2018); Garrafa (2019); Sampaio e Magalhães (2023) denominam este processo de gestação simbólica ou psíquica, que pode ser vivenciada de diferentes formas e sem um tempo específico, pois na adoção o tempo de espera até a chegada do filho é variável em razão do perfil escolhido, da quantidade de crianças e adolescentes disponíveis, entre outros fatores. Esta gestação antecede a chegada da criança/adolescente e é atravessada pelas fantasias e idealizações de pais e filhos que exercerão um papel importante na construção das relações. Entretanto, quando as idealizações são demasiadamente rígidas podem causar grandes distorções entre o filho idealizado e o filho real, podendo causar prejuízos na construção do vínculo entre pais e filhos.

É possível afirmar que, mesmo antes de sua chegada, o filho já existe no psiquismo de seus pais. Sampaio e Magalhães (2023) afirmam que adotar requer um espaço para essa gestação que precisará de um pré-natal cuidadoso e minucioso para que as vicissitudes da adoção como os lutos, as separações, os mitos e a possível espera prolongada não se tornem fatores de risco e contribuam para adoções mal-sucedidas que culminam em devoluções. Neste contexto, os grupos de apoio à adoção desempenham um papel fundamental, uma vez que proporcionam aos futuros pais um espaço de trocas de experiências, informações, acolhimento e apoio.

Além disso, torna-se indispensável refletir sobre as reais motivações acerca da decisão de adotar, formuladas neste período, pois elas dizem respeito ao lugar reservado ao filho no imaginário parental. A este respeito, Szejer e Stewart (1997) afirmam que "quando se deseja um filho, é o filho que se projeta, imaginariamente, no futuro. Ter um projeto de ser pais é projetar a si mesmos no futuro como pais desse filho" (p.63). No cenário da adoção, as motivações vão além do desejo de ter um filho, mas aparecem por meio da vontade de ajudar uma criança, substituir um filho falecido, suprir o desejo da filiação biológica, por vezes impossível, entre outros. Esta motivação inscreve a criança no desejo e na história dos pais e influenciará nas relações futuras, à medida em que participa das expectativas sobre os papéis desempenhados por cada um.

Após a chegada do filho, outra temporalidade se inicia, a do estabelecimento dos vínculos. Pais e filhos se vêem às voltas com suas idealizações, expectativas, fantasias, além de sua própria história anterior a adoção juridicamente dita.

Neste estudo, compreendo a adoção para além de seu aspecto jurídico, mas como um processo que se dá de forma subjetiva e psíquica. É a partir desta concepção que buscarei investigar as representações sociais formuladas por pretendentes à adoção a respeito da sua história anterior a ela, abrangendo suas expectativas e, por compreender que também faz parte deste processo, a história de seu futuro filho.

2.4. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. (Serge Moscovici)

Wagner (2000), ao analisar as obras de importantes autores da Teoria das Representações Sociais (TRS), como Jodelet, Abric, Doise, Moscovici, entre outros, aponta que é possível identificar critérios funcionais e estruturais que têm sido usados para caracterizar as representações sociais. O primeiro deles trata-se da estrutura teórica, em que é possível identificar asserções organizadas de maneira hierárquica, que formam um núcleo central e um conjunto de elementos periféricos. O segundo critério, é sua forma de metáfora, como um esquema figurativo, que resulta do terceiro critério, que é a objetificação. O quarto critério é a função das representações sociais de ancorar com novas experiências e, por fim, serem coletivamente compartilhadas.

A TRS ocupa-se da organização dos conhecimentos de um grupo acerca de determinado objeto ou fenômeno social, e nesta pesquisa, trata-se dos fenômenos e pessoas envolvidos na história de pais e filhos anterior à adoção. Para isso, a teoria parte de algumas premissas, entre elas, a de que não há separação total entre o que é externo e interno ao sujeito (ou ao grupo), isto é, não há uma cisão entre o mundo concreto e as interpretações subjetivas (Moscovici, 1978). Isso porque objeto e sujeito estão inseridos em um contexto dinâmico, em que o objeto é parcialmente concebido pelo indivíduo, ou pelo grupo, como extensão de seu comportamento e como meio e método pelo qual ele pode conhecer determinado objeto. Isto é, a definição de um objeto depende da atitude frente a ele, e da experiência subjetiva (Moscovici, 1978). Por essa razão, o autor adverte que para estudar uma representação, é preciso descobrir o momento em que ela emerge na esfera social.

Outra premissa é a de que a representação é sempre diferente do objeto. Moscovici (1978) explica que

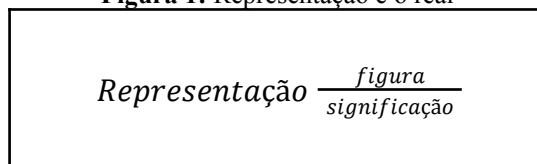
A representação mantém essa oposição e desenvolve-se a partir dela; ela *re-presenta* um ser, uma qualidade, à consciência, quer dizer, presente uma vez mais, atualiza esse ser ou essa qualidade, apesar de sua ausência ou até de sua eventual inexistência. Ao mesmo tempo distancia-os suficientemente de seu contexto material para que o conceito possa intervir e modelá-los a seu jeito (p.57).

Assim, ao representar algo, o indivíduo não faz uma cópia exata do real, mas sempre modifica-o a partir de si, de seu contexto, de suas experiências e de seus saberes, e pode

ainda, criar novas combinações e atribuir novas características ao objeto. Segundo Moscovici (1978) isso fica mais evidente quando observamos a arte e o folclore, por exemplo.

Para ilustrar essa premissa o autor desenvolveu o seguinte esquema

Figura 1: Representação e o real



Fonte: Moscovici, 1978.

Cada representação do real tem duas faces indissociáveis: a figurativa e a simbólica. A representação atribui a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura. Trata-se de um dos processos da constituição da representação social que consiste em destacar uma imagem e simultaneamente carregá-la de um sentido para inscrevê-la em nosso contexto, ou seja, torná-la natural e passível de interpretação.

Outra premissa importante é a concepção do senso comum enquanto teoria e ciência coletiva que possui uma lógica, uma linguagem particular e uma estrutura que se baseia em valores e conceitos próprios, em um discurso próprio, formando um conhecimento científico-popular, que pode ser usado para justificar ideologias preexistentes e para fornecer explicações metafísicas dos fatos sociais. Enquanto a ciência nos ajuda a ultrapassar os limites do conhecido, as explicações metafísicas visam descobrir razões para além dos fenômenos, para que assim possam explicá-los, transformando o desconhecido em conhecido (Moscovici, 1978; Moscovici e Hewstone, 1983).

É a partir desta premissa que Serge Moscovici (1978) afirma que a função da representação é a de diminuir as estranhezas e incorporá-las no espaço comum, até que aquilo que era extraordinário se torne comum. Este processo não ocorre por pura interpretação, mas por uma série de associações e combinações que tornam as representações contraditórias, pois é somente assim que "o mundo real se torna sempre outro e continua sendo um pouco o mesmo: o estranho penetra na brecha do familiar e este abre fissuras no estranho" (p. 62).

Para Jodelet (2001), a representação social diz respeito a uma forma de apreensão da realidade, do cotidiano, do meio ambiente e das informações que circulam entre os indivíduos, constituindo um conhecimento comum que é transmitido pela comunicação social, e que pode ser definida como "uma forma de conhecimento socialmente elaborado e

partilhado, que tem uma dimensão prática e que concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p.36). Tal partilha acontece por meio da comunicação e do discurso e resulta na construção das representações formando parte do sistema de conhecimento cotidiano dos indivíduos. A autora afirma, ainda, que estudar representações sociais pressupõe investigar o que pensam, por que pensam e como pensam os indivíduos.

É importante ressaltar que um grupo de pessoas que compartilha de uma mesma opinião e a faz circular por meio do discurso é uma condição necessária, mas não suficiente para definir um sistema de conhecimento como uma representação social.

2.4.1. Fundamentos da Teoria das Representações Sociais

Uma palavra que cria os meios
(Serge Moscovici)

Com o objetivo de explicar as bases de sua teoria, Moscovici (1978; 2003) desenvolve os conceitos de objetificação e ancoragem. O primeiro, sendo o processo de substituir algo que não é familiar por uma palavra ou imagem, para que possa ser categorizada e objetivada, tornando real algo conceitual. Assim, um fenômeno que inicialmente era caracterizado por diversas palavras, passa por uma simplificação a ponto de ser definido por um único signo, e para isso depende de uma série de convenções que fixem essas atribuições de forma que esteja adequada ao real.

Um exemplo de objetificação pode ser demonstrado quando um grupo que não conhece os processos de uma adoção e as suas características, tomam esta palavra e a reduzem a um signo que lhes é familiar, como infertilidade, problema, trauma ou abandono. Assim, o que poderia ser um símbolo, se torna um signo para as pessoas do grupo, que passam a ser correspondentes da realidade da adoção para elas. Elementos de uma linguagem técnica passam para a linguagem do senso comum, investida de novos sentidos (Moscovici, 1978).

Segundo Moscovici (1978), a objetificação trata de "reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo" (p. 111). Isto é, os sujeitos passam então a observar e conceber os fenômenos e objetos da realidade sob a perspectiva dos signos obtidos desse processo, resultando sempre em uma observação enviesada, substituindo o percebido pelo conhecido. O autor explica que é a partir deste

processo que a sociedade pode reconhecer dada característica de um indivíduo, como um atributo próprio. Ainda no exemplo sobre adoção, pode-se reconhecer um filho adotivo como um atributo de sua pessoa e personalidade, ao invés do reconhecimento de que esta foi a forma como ele encontrou seus pais.

Portanto, a história contada pelos indivíduos se converte em um sentido, e o que era desconhecido passa a ser familiar a todos. O indivíduo passa da relação com um outro indivíduo (aquele que estaria envolvido no fenômeno) à relação com o objeto, que resulta em uma apropriação indireta de poder que, de acordo com Moscovici (1978) trata-se de uma coisificação, esta, geradora da cultura que é construída e compartilhada coletivamente como a descrição cultural de determinado grupo e fonte de seus comportamentos, fazendo com que o caráter intelectual e social do fenômeno percam sua importância.

Ainda neste processo de objetificação, o que antes era uma ideia torna-se realidade, de forma física e acessível, uma realidade que é criada e mantida por determinado grupo, mas não tem existência por si mesmo. É descobrir uma qualidade característica de uma ideia ou de uma coisa imprecisa, é reproduzir um conceito em uma imagem ou objeto, tornando tal conceito real, retirando-o do universo abstrato e o transportando para o universo concreto, encontrando equivalentes não verbais para ele (Moscovici, 2007).

Entretanto, nem todas as palavras podem ser ligadas a imagens, seja porque essas imagens não são acessíveis, seja porque as imagens lembradas são tabus. As imagens que são escolhidas são as que têm capacidade de representação e são integradas a um núcleo de padrão figurativo, isto é, um núcleo principal de imagens que produzem claramente um padrão de ideias. Ao estudar as representações sociais da psicanálise, Moscovici (1978) percebeu que o padrão popular de representação estava dividido em inconsciente e consciente e, a partir deste, outras variáveis, como voluntário e involuntário, alma e corpo. A ideia de sexualidade ou libido, parte importante desta teoria, não tinha representação, isso porque, tais ideias eram objetos de tabu, e por isso permaneceram abstratas.

O autor afirma que a sociedade faz uma seleção de objetos ou fenômenos aos quais pode conceder representação figurativa, de acordo com seus valores e a preexistência de outras imagens, isto é, há uma transmissão de referenciais ou imagens familiares que responderão gradativamente ao que foi recentemente aceito.

Com a aceitação do núcleo figurativo, os sujeitos têm mais facilidade em falar sobre assuntos que se relacionem com esse núcleo, uma vez que já tem palavras para se referir a este. Quando, então, surgem os clichês e imagens que fazem função de sintetização e passam a ser usados como meio para compreender várias outras situações sociais, retirando o núcleo

figurativo de seu contexto original e transferindo para o uso corriqueiro. Quando isso acontece e a imagem ligada à palavra se torna separada, ela é aceita como uma realidade e as pessoas passam a pensar e a se comportar como se fosse algo que realmente existisse, ou seja, "a imagem do conceito deixa de ter um signo e torna-se a réplica da realidade [...] e passa a possuir a autoridade de um fenômeno natural para os que a usam" (Moscovici, 2007, p. 74).

O segundo processo para a constituição de uma representação social é denominado ancoragem. Diz respeito a uma tentativa de aproximar algo perturbador e estranho, reduzi-lo em categorias e em imagens comuns, para colocá-lo em um contexto familiar que julgamos apropriado. Para exemplificar este conceito, Moscovici (2007) cita uma pesquisa em que doentes mentais eram julgados por padrões já existentes e comparados a vagabundos, maloqueiros ou idiotas, e explica que "no momento em que um objeto, fenômeno ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, ele adquire características dessa categoria e é re-ajustado para se enquadrar nela" (Moscovici, 2007, p. 61). Neste sentido, no contexto da adoção, se a figura do filho adotivo está associada à categoria de "problemas" ou, ainda se a dos pais adotivos está associada a "heróis, santos ou altruístas" no discurso social, serão reajustados até que se encaixe neste paradigma, mesmo que não correspondam à realidade. Quando essa classificação é aceita coletivamente, qualquer opinião que esteja relacionada com a categoria, irá se relacionar também com o objeto em questão, mesmo que ainda haja algumas diferenças. Isso acontece para que se possa garantir uma mínima coerência na comunicação entre o que é desconhecido e o que é conhecido.

Moscovici (2007) aponta que o mecanismo de ancorar pode ser definido como "classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nomes são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras" (p.61). O estranho desperta resistência e distanciamento e à medida em que podemos avaliar e comunicar sobre ele, mesmo que de forma superficial, podemos representá-lo, imaginá-lo e incumbi-lo de valor positivo ou negativo e assumir, então, diante deste objeto uma posição de hierarquia.

Apesar de o resultado dessas associações serem sempre arbitrárias, desde que haja consenso, a associação da palavra com a coisa se torna comum e uma vez nomeada, a pessoa ou coisa, pode ser descrita e adquire as características que lhe foram atribuídas e, por isso, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos e é tomada como objeto de uma convenção de determinado grupo (Moscovici, 2007).

Ao fenômeno é atribuída uma identidade social, em que aqueles que são falados não têm controle sobre a matriz de identidade que lhes foi escolhida e são forçados a adentrar nela. Caso seja negativa, os sujeitos são excluídos da sociedade à qual pertencem. Entretanto,

os que falam, não tem total controle sobre as matrizes de identidade produzidas por eles, pois de acordo com Moscovici (2007), essa operação não é puramente intelectual e com o objetivo de obter uma coerência lógica, pois se assim fosse, as representações seriam fidedignas à realidade, todavia, trata-se de uma operação relacionada a uma atitude social.

Segundo Santos (2005), o objeto novo é reajustado e se enquadra em uma categoria já conhecida, e assim o processo de ancoragem acontece, causando uma atribuição de sentido. Ocorre o enraizamento de uma representação em uma rede de significados hierarquizados e organizados a partir de outros conhecimentos pré existentes, que nomina e dá sentido ao novo objeto. Em seguida, ocorre a instrumentalização do saber que propicia funcionalidade à representação, meio para traduzir e compreender o mundo. Implica também em enraizamento no sistema de pensamentos, em que mesmo que o sistema anterior de pensamento ainda predomine na concepção e classificação do objeto, as novas representações passam a transformar gradativamente o conhecimento anterior.

Por fim, Moscovici (2007) sintetiza esses dois importantes conceitos de sua teoria e diz que a ancoragem é o que mantém a memória em movimento, sempre colocando e retirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica e dá um nome. A objetivação, direcionada para comunicação com outros indivíduos, extrai conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, a fim de fazer algo ser conhecido a partir de um conhecimento anterior. Sawaia (2004) complementa ao afirmar que "ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível" (p. 76).

2.4.2. Aspectos metodológicos da pesquisa em Representações Sociais (RS)

A partir dos conceitos fundamentais elaborados por Serge Moscovici, apresentados anteriormente, é que podemos identificar e compreender os conhecimentos difundidos pelo senso comum. Para isso, faz-se necessário utilizar-se de instrumentos metodológicos adequados para abranger a complexidade deste fenômeno e objeto de estudo da TRS. Almeida (2001) aponta que, por não ter uma única técnica de investigação, a metodologia de estudo da TRS é, por muitas vezes, considerada frouxa, mas isso se dá porque a teoria se abre para todas as possibilidades necessárias para compreender e analisar o fenômeno investigado.

Por esta razão, são vários os métodos utilizados em pesquisas que utilizam a TRS como perspectiva teórica. Moscovici (1978), ao estudar as representações sociais da psicanálise, utilizou a interpretação de textos divulgados por meios de comunicação, a fim de

compreender como aquele conhecimento científico foi interpretado pela mídia da época e reinterpretada pelo senso comum. Jodelet (2001) utilizou de entrevistas e do método etnográfico em uma pesquisa de campo com observação participante, em que morou e conviveu com as famílias no mesmo território em que fez sua investigação.

Bertoni e Galinkin (2017) trazem outras possibilidades de métodos, como a utilização de softwares para analisar respostas de questionários e fazer a contagem de palavras e separá-las em categorias, denominada análise de evocação, utilizada por Abric ao se valer da abordagem estrutural da pesquisa em RS, diferentemente de Moscovici e Jodelet que utilizam a abordagem cultural. Doise, adepto da abordagem experimental, utiliza entrevistas estruturadas e não estruturadas e a formação de grupos focais.

Por esta razão, Moscovici (2007) afirma que sua teoria é uma ciência do "politeísmo metodológico" (p.25), mas esclarece que, em todos os estudos, a investigação se inicia a partir de um uma distância crítica do mundo cotidiano e do senso comum em que as representações estão circulando. Assim, a primeira tarefa de um estudo das RS é tornar o familiar em estranho, para que possam ser compreendidas como fenômenos e descritas por meio de métodos adequados para esta forma de investigação.

Além disso, há outros quatro princípios metodológicos compartilhados pelas pesquisas. O primeiro deles trata da obtenção de material de conversações usadas normalmente na sociedade, pois é por meio dessas interações que os indivíduos e grupos passam a se familiarizar com objetos e ideias estranhas. O segundo, é considerar as representações sociais como meio de recriar a realidade, tendo em vista que a comunicação concede realidade física a ideias e imagens e os nomina por meio de representações. À medida em que nos relacionamos com os fenômenos e pessoas do cotidiano para, a partir disso, explicar além de como essas reconstruções da realidade influenciam a todos, pois a vida em sociedade exige esse movimento e, por meio disso, expressa-se como parte natural do mundo, mesmo que não o seja (Moscovici, 1978/2007).

O terceiro princípio é que o caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise, quando um grupo ou suas imagens estão passando por mudanças e, por isso, as pessoas se dispõem a falar, memórias coletivas são excitadas e o comportamento é mais espontâneo. Segundo Moscovici (2007), essa crise se intensifica quando acontece uma ruptura entre a linguagem dos conceitos e a das representações entre o científico e o popular, mas é também deste contexto que resultam novas descobertas, sua popularização na linguagem cotidiana e na consciência coletiva, seguindo-se de revoluções no senso comum.

O quarto e último princípio é que as pessoas que elaboram as representações sejam vistas como semelhantes a professores amadores, e os grupos formam o equivalente a uma sociedade de professores amadores. Se muitas representações provêm de discussões em espaços como bares, clubes, reuniões políticas, em que os modos de pensar e se expressar geram curiosidades e laços sociais, outras representações provêm de trabalhos profissionais direcionados ao público "amador", que não constituem apenas regras e convenções de convivência, mas também teorias que baseiam as interações e as linguagens que as expressam.

A TRS fornece o referencial interpretativo para identificar as representações e torná-las inteligíveis como formas de prática social, à medida em que reconhece a importância de participar da dinâmica geral do conhecimento, aquela que acontece fora dos laboratórios, das universidades e dos "guetos científicos", e de se debruçar nas interações cotidianas através das quais certos conceitos são destruídos e novos são criados, considerando os vários pontos de vista que emanam da sociedade em que vivemos.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este percurso teve a intenção de seguir Minayo (2009), aprofundando o estudo no universo de significados, dos motivos, das crenças, dos valores, das atitudes e do nível da realidade que não é visível, e precisa ser exposta e interpretada.

No âmbito de uma abordagem qualitativa, segundo Goldenberg (2011), o foco está em investigar o significado de um fenômeno para o grupo pesquisado, os pretendentes à adoção, exemplificando e revelando características da cultura em que este grupo está inserido.

Com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), sob o parecer nº. 5.320.257, percorri os meandros da análise documental, a qual de acordo com Godoy (1995), um documento pode ser identificado por meio de

[...] materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados "primários" quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou "secundários", quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (p. 21-22).

3.1 ETAPA 1

A fim de contemplar uma fundamentação teórica sobre uma lacuna existente no processo de adoção, realizei uma pesquisa de revisão de literatura utilizando os buscadores adoção, família e história a fim de verificar a produção acadêmica já disponível sobre o tema. As bases de dados utilizadas foram Web of Science (20 artigos), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) (18 artigos), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) (168 artigos) e Portal CAPES (80 artigos).

Das pesquisas encontradas foram incluídas aquelas produzidas no Brasil entre 1990 e 2022. Este período foi escolhido pois o ano de 1990 foi marcado pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um importante marco na história das infâncias e das famílias brasileiras. Também foram incluídos estudos originais que tivessem como tema principal as histórias de vida de crianças e adolescentes adotados ou que estavam em abrigo, e de pais e mães por adoção ou pretendentes, incluindo pesquisas feitas no âmbito familiar, isto é, com famílias por adoção e no âmbito social, incluindo a população em geral e profissionais que atuam na área.

Foram excluídos artigos sobre a história jurídica da adoção e revisões de literatura. Após a exclusão dos artigos repetidos e que não atenderam aos critérios propostos, restaram

cerca de 29 estudos. Após a leitura dos artigos na íntegra, verifiquei que apenas sete deles tinham como finalidade abordar a história anterior à adoção, sendo: 1) Bento (2008) abordou os tempos da criança adotiva no estabelecimento de vínculo com a nova família e o trabalho feito durante o abrigamento; 2) Reppold e Hultz (2009) investigaram o efeito do histórico da adoção na esfera emocional de adolescentes adotados; 3) Oliveira e Camargo (2010) estudaram os efeitos da história do filho adotivo na vinculação à nova família; 4) Andrade et al. (2017) verificaram os efeitos da narrativa de histórias na elaboração de angústias direcionadas à adoção de crianças e formas de mediar a inserção na família adotiva; 5) Fernandes e Santos (2019) investigaram os sentidos atribuídos aos pais acerca da adoção e construção de vínculos; 6) Scorsilini-Comin et al. (2020) buscaram ouvir as crianças em acolhimento institucional; 7) Alves e Diniz (2020) buscaram investigar a visão da família adotiva sob as perspectivas de pais e filhos por adoção.

3.2 ETAPA 2

Com a compreensão de que documento trata-se de um material que preserva os registros e os vestígios de um fato ocorrido sem sofrer nenhum tipo de análise, analisei documentos considerados primários, as atas do grupo GAMA, as quais foram produzidas no momento em que as reuniões aconteceram, registrando as falas dos participantes do grupo de apoio à adoção. Ao escolher este formato de documento para análise, tive a intenção de ultrapassar os limites do registro em si e considerar, também, o contexto em que o documento foi produzido e qual a sua função no processo específico. Para isso, segui as etapas propostas por Cechinel et al. (2016), iniciando pela avaliação do documento para, em seguida, realizar um exame crítico, considerando o contexto, os autores, os interesses e a confiabilidade, a natureza do texto e os principais conceitos de acordo com o objetivo da pesquisa.

Este método foi escolhido por possibilitar uma investigação que garanta a estabilidade das informações localizadas em um tempo e espaço específicos e tenha menor influência de minha parte, como pesquisadora, sobre as falas dos pretendentes. Cabe ressaltar que, para amenizar o efeito de ter uma pessoa registrando as falas durante os grupos, os pretendentes são informados, durante o primeiro encontro, que o grupo não possui função avaliativa, mas sim informativa e de apoio. Além disso, é esclarecido que a avaliação é realizada por profissionais do fórum da cidade e que qualquer informação compartilhada no grupo não será reportada às autoridades jurídicas. O registro em ata não tem identificação e serve para registrar que o encontro aconteceu e como fonte de estudos posteriores.

Analisei as atas de todos os encontros do GAMA, grupos de habilitação e reabilitação, que aconteceram entre os anos de 2017 e 2021, quando participei como extensionista. No total, foram analisadas 157 atas, cada uma correspondente a um encontro, nos anos correspondentes: 2017 (30 encontros de habilitação e quatro encontros de reabilitação); 2018 (30 encontros de habilitação e três encontros de reabilitação); 2019 (35 encontros de habilitação e seis encontros de reabilitação); 2020 (13 encontros de habilitação); 2021 (30 encontros de habilitação e seis encontros de reabilitação). Não ocorreram encontros de reabilitação em 2020 devido à pandemia da COVID-19.

As atas foram escritas pelos extensionistas do projeto descrevendo de forma detalhada as falas dos participantes e dos mediadores, com autorização por meio da assinatura do termo de consentimento e livre esclarecimento. As atas ficam armazenadas na sala de supervisão de estágio do setor de Psicologia e no Almoxarifado do Centro Universitário Guairacá, em Guarapuava-PR.

Vale mencionar que durante os anos de 2020 e 2021 os encontros aconteceram de forma remota por meio da plataforma Google Meet e as atas foram digitadas e armazenadas em uma pasta no Google Drive. Ao final do ano foram impressas e armazenadas juntamente com os cadernos de atas dos anos anteriores. Entretanto, ao realizar a leitura, foi possível observar a ausência de três atas do ano de 2020 e de seis atas do ano de 2021, ambas dos grupos de habilitação.

3.3 O GRUPO GAMA

O grupo GAMA é aberto para o público em geral, entretanto, seus encontros têm temáticas voltadas aos pretendentes à adoção, por meio de três frentes: grupos de habilitação, reabilitação e pós adoção (para pessoas que já adotaram). O grupo tem uma parceria com a Vara da Infância e da Família da Comarca de Guarapuava- PR, e os encontros de habilitação e reabilitação fazem parte da etapa obrigatória de preparação, prevista no Art. 197-C, §1º, da Lei 13.509/2017.

O grupo existe desde 2007 e a participação passou a ser obrigatória no município a partir de 2012. Os encontros têm como objetivo dar apoio para aqueles que desejam adotar e para as famílias por adoção, por meio de um espaço de discussão, reflexão e socialização dos saberes. O grupo é composto por uma coordenadora professora do colegiado de Psicologia, por estagiários da graduação em Psicologia e pelos pretendentes.

Os encontros acontecem semanalmente no Centro Universitário Guairacá e os interessados em adotar devem participar de cinco encontros do processo de habilitação, cada

um com uma temática diferente: 1º) "Filho ideal x filho real" - aborda as idealizações referentes ao filho por adoção e a paternidade/maternidade adotiva. A dinâmica do grupo se inicia com a distribuição de fichas para cada participante, na qual cada um escreve como imagina que será (ão) seu (s,ua,as) filho (s, a, as) e como se imagina como pai/mãe. Em seguida, cada participante é convidado a falar sobre o que escreveu. Neste encontro é possível identificar algumas idealizações enrijecidas e quais as motivações que levaram os pretendentes a buscarem pela adoção; 2º) "Tira dúvidas" - conta com um convidado do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude (SAIJ) que possa esclarecer as dúvidas legais que os pretendentes tenham sobre o processo, e além disso, os participantes podem esclarecer dúvidas sobre qualquer assunto relacionado à adoção; 3º) "Mitos, segredos e histórias do passado" - tem como finalidade discutir sobre as percepções dos adotantes em relação a história da criança/adolescente e de sua própria história. Os participantes são convidados a falarem sobre o que já ouviram sobre a adoção, para pensar junto e desconstruir mitos e preconceitos; 4º) "Adoção tardia" - tem como objetivo elucidar as questões sobre as adoções necessárias, como a adoção inter-racial, de crianças e adolescentes com deficiência ou com doenças, grupos de irmãos e, principalmente, a adoção tardia, isto é, de crianças maiores de dois anos. Este encontro promove reflexões e orientações sobre essas adoções e busca aproximar os pretendentes destas possibilidades, uma vez que, a busca por adoções de bebês, ou de crianças com as mesmas características físicas dos futuros pais pode estar pautada em mitos e preconceitos. Além disso, neste encontro são divulgados dados estatísticos sobre a adoção no Brasil e 5º) "Troca de experiências" - em que as famílias que já adotaram são convidadas a contarem suas histórias para os participantes que ainda irão entrar na fila. Neste encontro, os pretendentes podem conhecer diversas histórias e esclarecerem suas dúvidas com os pais e mães por adoção.

O grupo de Reabilitação consiste em três encontros: 1º) "A espera" - tem como finalidade compartilhar entre os participantes e os mediadores do grupo como tem sido a espera pelo filho, pois os pretendentes deste grupo estão há três anos ou mais na fila. A espera costuma despertar diferentes sentimentos: ansiedade, desânimo, estresse entre outros, e compartilhar isso com outras pessoas que estão passando por uma experiência semelhante pode ampará-los neste momento; 2º) "Repensando o filho que queremos" - busca retomar o tema do perfil buscado pelos pretendentes que, em geral, é o motivo da longa espera e 3º) "Troca de experiências" - os participantes deste grupo se unem aos participantes do grupo de Habilitação.

Além do viés social e jurídico, o grupo GAMA se enquadra na modalidade de projeto de extensão e de pesquisa, permitindo produções acadêmicas que enriquecem o aporte teórico que fundamenta o grupo, enriquecendo este campo de conhecimento e também as discussões realizadas.

3.4. ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise das atas contemplou dois principais momentos: 1) análise dos fragmentos agrupados por temas e 2) análise posterior do conjunto dos temas. A análise do conteúdo das atas foi realizada de modo a criar categorias e subcategorias para discussão. Seguindo o modelo definido por Braun e Clarke (2006), as autoras destacam que a forma como as informações são coletadas e, posteriormente analisadas em um estudo científico, são de extrema importância e o processo que os envolve deve ser exposto de forma clara e detalhada. Sendo assim, foram seguidos os seis passos propostos.

O 1º passo abordou a familiarização com os dados. Para tanto, realizei a leitura das atas na íntegra e de forma detalhada em busca de possíveis padrões. O 2º passo caracterizou a codificação inicial dos dados que contribuiu para a formação das categorias e subcategorias. O 3º passo envolveu a classificação das categorias e subcategorias. O 4º passo foi de revisão e refinamento das categorias, identificando algumas relações entre elas e qual é o panorama geral que os dados trouxeram. No 5º passo foi feita a escolha definitiva das categorias de análise e como seriam apresentadas. Por fim, no 6º passo foi realizada a produção final da análise.

Realizei a primeira leitura das atas com a expectativa de encontrar a resposta para a minha pergunta de pesquisa. Em razão da lacuna encontrada na literatura, com poucos estudos que abordassem a história anterior à adoção, busquei inicialmente identificar falas dos participantes sobre sua própria história e sobre a história de seu futuro filho. Após exaustiva leitura das atas, identifiquei duas principais categorias: A primeira, chamei de “expectativas e idealizações”, que desmembrou-se em uma segunda categoria a qual denominei “adoção de crianças maiores”. Este desmembramento aconteceu após identificar a diversidade de aspectos encontrados neste tema. Por fim, a terceira categoria chamei de “história anterior de pais e filhos por adoção”. A primeira categoria (Expectativas e Idealizações) desdobrou-se em três subcategorias: 1.1) Características físicas do filho adotivo, 1.2) características afetivas e psicossociais, e 1.3) expectativa da maternidade e paternidade adotiva. A segunda categoria (Adoção de crianças maiores) deu origem a três temáticas: Educação, caráter e valores, Passado e Caridade. A terceira categoria (História

anterior de pais e filhos por adoção) desmembrou-se em duas subcategorias: 3.1) Família biológica e 3.2) A história do filho.

Como critério para a seleção dos fragmentos das atas, selecionei os que abordassem a história anterior à adoção, a história dos pretendentes e das crianças e/ou adolescentes, e que expressassem dúvidas, sentimentos, opiniões e/ou experiências. Por se tratar de um documento, retirei os fragmentos na íntegra, sem qualquer tipo de alteração, incluindo os erros ortográficos. Em um primeiro momento, organizei os fragmentos por data e, posteriormente, por categorias de acordo com os temas comuns.

A análise destes fragmentos foi conduzida com base na Teoria das Representações Sociais. Essa escolha foi motivada pelo fato desta abordagem ser uma "teoria dos saberes sociais" (Guareschi, 2010), uma vez que oferece uma compreensão sobre como os saberes são construídos na vida cotidiana, destacando que o fenômeno das representações se constitui a partir de duas características fundamentais: a primeira, de que são "realidades psíquicas", isto é, mentais e imateriais, e nesse sentido, são "representações", e a segunda, é que elas são "realidades sociais", isto é, constituídas e constituintes da dimensão social. Além disso, a representação social trata, ainda, da partilha de conhecimentos entre o indivíduo e o grupo, e determinam o campo de comunicação possível, dos valores ou das ideias compartilhadas.

Ademais, a teoria criada por Serge Moscovici, propõe que os fenômenos e objetos são dotados de representações que são construídas tanto individualmente como coletivamente, a medida em que é criada e compartilhada pelo senso comum, tornando-se uma forma de conhecimento socialmente partilhado, distinto do conhecimento científico. Além disso, essa teoria se dedica a analisar as explicações dos fenômenos sociais que emergem no discurso público.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EXPECTATIVAS E IDEALIZAÇÕES

4.1.1 Reflexões sobre as características físicas do(a) filho(a) adotivo(a).

Quadro 1. Subcategoria 1.1 - Características físicas do(a) filho(a) adotivo(a).

Sexo
<p>1."Querem uma menina porque já tem dois filhos meninos. Nas palavras de G.T. "Vamos garantir uma menina!" (02/07/2021, n.p.).</p> <p>2."O casal diz que quer adotar uma menina doce e meiga, conquistada pelo amor e atenção" (07/04/2017, p. 18)</p> <p>3."O outro casal imagina uma menina linda e carinhosa. Acredita que a criança virá com traumas, mas o importante é o carinho que a família dá" (07/04/2017, p. 18)</p> <p>4."A mulher começou a falar que imagina a criança pequena, grudada nela e sendo amada, independente do sexo, e que toda mulher gostaria de uma menina, uma companheira" (28/07/2017, p.33)"</p> <p>5."O casal inicia falando que desejam uma menina entre 3 e 11 anos, meiga, carinhosa, um pouco arteira e sem muitos problemas" (28/10/2018, p.33)</p> <p>6."O casal diz que desejam adotar uma menina entre seis meses e três anos para fazer companhia para a mãe" (Reabilitação, 26/04/2019, p.13)</p> <p>7."Diz querer um bebê menina de zero a três anos que viesse a ser companhia para a mãe, já que o pai trabalha com viagens. Optaram por menina afirmando: "porque menina é mais companheira da mãe e menino do pai" (Reabilitação, 26/04/2019, p.14)</p> <p>8."O casal conta que tem um filho biológico e que tinha uma filha que faleceu e que agora querem um filho para fazer companhia para a outra filha biológica, e como não podem ter mais filhos decidiram entrar na fila, em seu perfil, querem uma filha menina" (07/06/2019, p. 74) .</p>
Deficiência e problemas de saúde
<p>1."O homem complementa que o seu desejo é da adoção de uma criança sem <u>aparentes</u> deficiências relacionadas à saúde" (05/04/2018, p. 58. Grifo nosso).</p> <p>2."O perfil deles é de uma criança de até dois anos, saudável, sem problemas de saúde" (07/06/2019, p. 74)</p> <p>3."Sua esposa fala que seu medo é sobre a saúde" (28/10/2018, p.33)</p> <p>4."M. começa a contar que pretende adotar uma menina portadora de necessidade especial, e que quer adaptar a vida para que haja essa possibilidade."(13/08/2021, n.p.).</p>
Semelhanças
<p>1."A esposa quer um casal de irmãos, quer cuidar dos mesmos na saúde e na doença uma menina maior e o menino menor, relatou também que <u>quer poder vestir sua filha igual a ela, usar os mesmos adereços no cabelo entre outros</u>" (03/03/2017, p.15, grifo meu)</p> <p>2."Uma mãe relatou que tem vontade de adotar uma criança negra, mas que devido eles serem brancos eles tem <u>medo</u> que essa criança sofra preconceito por conta disso" (24/03/2017, p. 17, grifo meu)</p> <p>3."E disse que ele por ser mais escuro procura sempre uma criança com <u>a cor mais parecida</u> e que isso deveria mudar" (28/04/2017, p.20, grifo meu)</p> <p>4. "A esposa diz ser divergente, ela quer uma criança maior não quer trocar fralda, <u>diz que prefere uma criança que pareça com ela fisicamente</u>, fala que não tem uma visão de como seria como mãe" (02/06/2017, p.25, grifo meu)</p> <p>5."Outra mulher comenta que também gostaria de uma criança <u>parecida com seu marido</u>, que quer uma menina, mas pode ter irmão, diz que seria enérgica como mãe" (02/06/2017, p.25, grifo meu)</p> <p>6."A terceira a falar, diz que o maior medo é em relação às expectativas em relação a criança, por exemplo os sonhos que ela tem para a criança, <u>espera que essa criança goste das mesmas coisas que ela</u>" (16/03/2018, p. 49, grifo meu)</p> <p>7.A primeira a falar informa que <u>quer uma criança branca, parecida com ela</u>, que seja <u>companheira</u> dela e que maternidade para ela, é cuidar, levar ao médico, dentista e cuidar <u>como se fosse dela</u>" (06/04/2018, p.1, grifo meu)</p> <p>8."O futuro pai diz imaginar <u>uma criança fisicamente parecida com eles</u>, pois tem medo que a criança venha a sofrer bullying pela diferença da cor" (27/09/2019, p.3, grifo meu)</p> <p>9."Espera que o futuro filho tenha <u>a personalidade dele</u> e do filho biológico, brincalhões" (08/11/2019, p.12, grifo meu)</p>

Fonte: A Autora

Os pretendentes que falaram sobre a escolha de adotar uma criança de um sexo específico, demonstraram uma preferência pela adoção de meninas e justificam esta escolha por acreditarem que as meninas são doces, meigas e carinhosas. Além disso, os pretendentes apontam que esta motivação se dá porque buscam uma companheira, seja para a mãe ou para um (a) irmão (ã), como foi possível observar nos fragmentos apresentados no Quadro 1.

Este resultado confirma os dados estatísticos já apresentados sobre a adoção no Brasil, demonstrando preferência em adotar meninas. Estudos anteriores, como os de Costa e Campos (2003) e Rangel e Zeidi (2010), obtiveram o mesmo resultado.

Segundo Costa e Campos (2003), esta demanda pela adoção de crianças do sexo feminino está associada aos estereótipos culturais de gênero que atribuem características como beleza, docilidade e domesticidade ao sexo feminino. Além disso, as autoras apontam que há uma percepção cultural de que meninas são mais fáceis de criar do que meninos, pois acredita-se que as diferenças biológicas entre os sexos, faz com que as mulheres sejam vistas como inerentemente mais frágeis, dóceis e afetuosas em comparação aos homens, já que estes seriam naturalmente dotados de razão e força, o que os tornaria menos submissos.

Rangel e Zeidi (2010), ao estudarem as diferentes representações sociais presentes na criação de meninos e meninas, concluíram que durante o processo de socialização, as representações sociais de gênero desempenham um papel importante, pois atuam como guias das práticas educativas direcionadas a meninos e meninas, uma vez que compartilhamos o significado de ser mulher e de ser homem dentro dos grupos com os quais interagimos, incluindo o grupo familiar. Nesta pesquisa, realizada com famílias do estado do Espírito Santo, as autoras afirmam que os pais, mães e filhos mencionaram que filhas meninas são mais respeitadas, calmas, carinhosas, companheiras, obedientes e mais fáceis de controlar, enquanto meninos seriam mais preguiçosos, menos cuidadosos e teimosos. Não houve uma mudança de concepção entre pais e filhos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, já que ambos apontam para a representação social tradicional, mesmo com as consideráveis diferenças de idade.

Além disso, o estudo de Traveso-Yépes e Pinheiro (2005) também demonstrou que para os pais, as meninas ficariam mais perto e sob seu controle, enquanto os meninos teriam mais liberdade para saírem às ruas, com a justificativa de que os meninos precisam aprender a lidar com os perigos da exposição e as meninas devem ser protegidas

Os estudos citados acima concluíram que, ao longo do tempo, as diferenças entre os sexos culturalmente construídas foram erroneamente atribuídas à natureza biológica, mascarando as relações de poder marcadas pela dominação masculina, que mantiveram a

separação e hierarquização entre homens e mulheres. E por esta razão, a maioria dos pais e mães adotam práticas educativas diferentes para meninos e meninas, orientadas pelas representações de gênero que circulam no meio social, em que se espera da menina um comportamento submisso à autoridade dos pais e, por isso, seriam mais fáceis de controlar.

No cenário da adoção, a filha menina é representada, como demonstrado pelos fragmentos apresentados no Quadro 1 e na literatura, como uma figura carinhosa e dócil, que ficaria próxima e obediente aos pais. Além disso, um ponto de destaque nesta pesquisa é a representação social da menina como uma "menina de companhia", como motivação para a escolha do sexo, seja companhia para a mãe ou para um irmão, deslocando a criança do lugar de filha para o de cuidadora, ideia muito ligada às representações de gênero que atribuem à mulher o papel de mãe, de auxiliadora e de cuidadora.

Outro aspecto relacionado às características do filho adotivo, encontrado nos relatos, foi em relação à saúde e/ou deficiências. Os participantes apresentam diferentes perspectivas, de um lado, e de forma predominante, o medo e a recusa e de outro, o desejo e a disposição em adaptar seu cotidiano para essa adoção. Destaco aqui o trecho em que o pretendente aponta que *deseja adotar uma criança sem aparentes deficiências ou doenças*, isto é, a questão não é a deficiência em si, mas ser visível, e assim, impossível de ser escondida.

Atualmente no Brasil, 18,5%, das crianças e adolescentes disponíveis para adoção tem algum tipo problemas de saúde, e 18,4% tem algum tipo de deficiência. Destas, 570 com deficiência intelectual, 192 com deficiência física e intelectual, 52 com deficiência física, totalizando cerca de 814 crianças e adolescentes à espera de uma família (CNJ, 2023).

De acordo com os dados estatísticos do CNJ, das crianças e adolescentes que estão em processo de busca ativa¹, 29% têm algum problema de saúde e 33,8% possuem alguma deficiência, totalizando juntas, a maioria das crianças que não estão. Uma vez que, apenas 4,1% dos pretendentes aceitam adotar crianças/adolescentes com deficiência física, 1,1% aceita crianças/adolescentes com deficiência intelectual e 38% aceita com alguma doença. As estatísticas apontam ainda que desde 2019 foram adotadas cerca de 16.645 crianças e adolescentes no Brasil, destas, 1,6% tinha alguma deficiência e 7,8% tinha algum problema de saúde (CNJ, 2023).

Oliveira (2020) desenvolveu uma pesquisa que investigou as perspectivas de adotantes e pretendentes à adoção sobre a adoção de crianças com deficiência. Entre os

¹A busca ativa é caracterizada como uma busca feita pelos técnicos por meio de contato direto com pretendentes que elaboraram um perfil da criança que desejam adotar, para que se possa destinar as crianças desta lista, após ter sido negada a adoção por outros pretendentes.

participantes da pesquisa estavam pessoas que realizaram adoções de crianças com deficiência, pretendentes que não aceitavam adotar crianças/adolescentes com alguma deficiência, e pretendentes que aceitavam. A autora concluiu que há uma diferença significativa entre os pais adotivos ou pretendentes que aceitam adotar crianças/adolescentes com deficiência e aqueles que não aceitam. Os primeiros interpretam a deficiência como algo flexível e variável em termos de dependência, enquanto os últimos a vêem como uma dependência exclusiva dos pais que exigiria todo o seu tempo. A semelhança entre os três grupos está na aproximação da ideia de adotar uma criança com deficiência a um ato de caridade, empatia, bondade e de evolução pessoal, além de significar uma ajuda em resolver um problema social que seria o abandono dessas crianças. A autora observa ainda que há uma hierarquização de sujeitos a partir da deficiência, separando-os entre adotáveis e não adotáveis, a partir de sua aparência e/ou capacidade funcional, assim como foi possível observar na fala citada anteriormente, em que o pretendente aceitaria adotar uma criança caso ela não aparentasse ter deficiências ou problemas de saúde, isto é, se estas características não fossem visíveis esteticamente, a adoção seria possível. Para Mello (2016) e Oliveira (2020), essas atitudes são preconceituosas e capacitistas, pois discriminam os sujeitos a partir de um ideal de beleza e capacidade funcional.

Mello (2016) identificou grande predominância da concepção biológica, o mesmo observado por Oliveira (2020), em que essa posição capacitista frente a deficiência está baseada em uma representação pautada no modelo biomédico que reforça características orgânica, o que é disfuncional, os limites e restrições, o que fugiria à uma suposta normalidade. Esta representação faz com que a independência pareça algo impossível para a pessoa com deficiência, sobre isso, Oliveira (2020) destaca que "nessas falas, se esquece do fato de que todos precisamos de cuidado e temos necessidades, e que a mediação pode favorecer desenvolvimento de independência de crianças com e sem deficiências" (p. 109).

Ressalto ainda que a comparação baseada em uma ideia de normalidade exclui a possibilidade de diversidade e de conceber as diferenças sem juízo de valor. Seremos muito mais beneficiados à medida em que tomamos essas diferenças como esperadas, com base em uma sociedade heterogênea em todos os aspectos e, a partir disso, construir com intervenções que identifiquem, valorizem e fortaleçam as potencialidades, além de adaptar os espaços, físicos, sociais e emocionais, públicos e privados para acolher cada sujeito em suas particularidades.

No contexto da adoção, as relações se aprofundam ainda mais. Quando a independência é concebida como algo inalcançável, o cuidado pode ser transformado em

superproteção, em que os pais passam a infantilizar seus filhos e prolongar a dependência. Este cenário não prejudica apenas o filho, mas também o cuidador, como ressaltam Luna (2014) e Oliveira (2020), e quando isso acontece, o cuidado passa a ter uma dimensão de violência, pois sobrecarrega quem cuida e quem é cuidado, além de aumentar os níveis de estresse e cansaço e, conseqüentemente, o risco de agressões.

Por fim, destaco a dimensão de sujeito que pouco aparece quando falamos de pessoas com deficiência. Luna (2014) ao comparar as representações sociais da deficiência em famílias que conviviam com alguma pessoa com deficiência, e em famílias que não tinham essa convivência, concluiu que uma das principais diferenças entre os dois grupos foi a de que famílias sem o convívio direto, não fazem uma distinção clara entre "deficiência" e "pessoa com deficiência". Já para as famílias que têm convivência, esta diferença está clara e há o entendimento de que as pessoas com deficiência têm opiniões, emoções, desejos e uma personalidade própria. É um sujeito para além de sua deficiência. Logo, há nestas famílias uma visão que supera o modelo biomédico, mas que considera os fatores sociais, subjetivos, biológicos e ambientais, englobando com mais facilidade a pessoa com deficiência em um modelo biopsicossocial.

Tais pesquisas mostram a necessidade de aproximar os pretendentes à adoção do contexto real em que as crianças e adolescentes estão inseridos, desconstruir mitos e preconceitos e superar a falta de informação. A partilha de conhecimentos desafia estereótipos discriminatórios que associam a deficiência e a pessoa com deficiência à falha, à anormalidade e à dependência absoluta, pois há um distanciamento do que os pretendentes conhecem e esperam da deficiência do que de fato ela pode ser. Há uma generalização das demandas e a alta expectativa de demanda está relacionada com as informações que, de fato, os adotantes têm acesso e o meio em que se dá o acesso à informação.

De acordo com Moscovici (2007,) as representações sociais são compartilhadas e construídas em um coletivo e a associação da palavra com o objeto se torna comum aos pertencentes a determinado grupo. Uma vez nomeada a pessoa ou coisa a que se refere, aqui cito como exemplo "deficiência" e "pessoa com deficiência", pode ser descrita e adquire as características que lhe foram atribuídas e, por isso, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos e é tomada como objeto de uma convenção de determinado grupo.

Desta forma, o trabalho dos grupos de apoio à adoção e dos meios de comunicação têm grande importância ao compartilhar informações e proporcionar experiências que ajudem os adotantes a superar preconceitos e reconhecer o valor e o potencial de cada criança, para além de suas limitações físicas ou intelectuais. Isso promove uma cultura de inclusão e

diversidade, permitindo que crianças e adolescentes com deficiência tenham igualdade de oportunidade em ter seu direito à convivência familiar e comunitária garantido. Ressalto ainda que não se trata aqui de apenas incentivar a adoção de crianças e adolescentes com deficiência, mas de verificar junto com os pretendentes à adoção o que realmente os distancia dessa possibilidade, se são as barreiras da falta de informação, do preconceito, dos estigmas, ou se há outros impedimentos, uma vez que é necessário que os futuros pais e mães sejam capazes de atender as necessidades de seu futuro filho de forma adequada e digna, e isso pode demandar além de recursos financeiros, recursos emocionais e psíquicos.

Neste tópico não pude encontrar uma representação social predominante entre os adotantes sobre o tema, as falas coletadas nos fragmentos pouco se repetem e apresentam poucas justificativas quanto a tomada de decisão para adoções de crianças com deficiências ou problemas de saúde. Além disso, observo que este é um assunto tratado de forma superficial em relação aos outros temas que permeiam as discussões sobre adoção.

Além das escolhas pelo sexo feminino e de uma criança sem deficiências ou problemas de saúde, outra preferência trazida pelos pretendentes foi a da semelhança com os pais, os quais desejam que o filho se pareça com eles fisicamente e/ou na personalidade e nos gostos.

Diversos autores como Weber (1999), Levinzon (2004/2020), Rufino (2002) e Maux e Dutra (2010) abordaram o tema e são unânimes ao afirmar que este desejo refere-se a uma forma de neutralizar a adoção, isto é, se a criança for semelhante fisicamente aos seus pais a adoção não será tão evidente e dificilmente as pessoas saberão da adoção sem que lhes conte, além de evitar perguntas e falas indiscretas que poderiam causar um impacto negativo nestas famílias e fazer com que se sintam diminuídas.

Esta tentativa de camuflar ou esconder a adoção tem influência ainda do século XVII, com a grande valorização do vínculo biológico como superior a qualquer outro, exaltando as semelhanças entre os genitores e sua prole, em que os descendentes seriam a representação dos pais e da linhagem (Ariès, 2006). A preferência pela semelhança física trata-se ainda de uma tentativa de aproximar-se o máximo possível da experiência que teriam caso seu filho tivesse sido gerado de forma biológica pelos pais adotivos.

Além disso, a semelhança física pode ser uma ferramenta imaginária para facilitar a criação de vínculo com o filho recém-chegado, como uma forma de identificar-se com ele e assumir o lugar de pai/mãe. Comin et al. (2006) e Garrafa (2020) ressaltam que aceitar a condição de pais e mães adotivos, implica em refletir sobre como estes adultos irão elaborar o seu lugar e o do futuro filho na família, pensando em como os processos de identificação se

darão, se pela tentativa de reproduzir o modelo biológico pela semelhança física e o apagamento da origem do filho ou se outras maneiras serão encontradas. Para os autores, a entrada na posição parental se dará com base na apropriação do lugar de pai ou mãe diante de si, da família e da sociedade, assumindo verdadeiramente a via pela qual seu filho chegou.

Desta forma, a apropriação do lugar de pais dependerá também da motivação que os levou a adotarem, pois a partir disso, localizarão a si mesmos e a criança diante da família. Se a adoção é feita por caridade ou altruísmo, o adulto assume o lugar de salvador, e a criança foi salva. Se a adoção é realizada apenas com o intuito de substituir um ente já falecido, a criança vem para ocupar este lugar e de corresponder a idealização dos pais. Se a criança foi adotada para ser companhia de alguém, o papel designado a ela e ao adulto será de acompanhantes. Desta forma, ambos passam a ocupar outros lugares simbólicos que não o de pais e filhos, lugares que ditarão essa relação.

Para Garrafa (2020), a inscrição dos filhos no desejo dos pais necessariamente é atravessada por questões narcísicas e está presente em todas as formas de construção da parentalidade. A busca por meios que possibilitem, em alguma medida, a satisfação narcísica pode levar os pais ao imperativo parental que impõe uma necessidade de transmissão genética. Neste contexto, duas problemáticas se destacam: a criação de perfis de crianças adotáveis e não adotáveis de acordo com as características físicas, pois um casal de raça branca tenderia a buscar uma criança branca, um casal negro tenderia a buscar uma criança negra, e assim por diante, afastando crianças e adolescentes de usufruírem de seu direito constitucional de pertencerem a uma família, além da permanência da adoção em forma de segredo ou tabu.

Desta forma, destaco a necessidade de um olhar atento por parte dos profissionais que trabalham com famílias por adoção e com os pretendentes, para que não se perca de vista que a história e a cultura influenciam na maneira como os pais consideram seus filhos, mesmo antes de sua chegada. Este ponto é essencial no trabalho com as famílias, visando fomentar reflexões a respeito das especificidades da filiação adotiva, a fim de colaborar para o sucesso das adoções, podendo ser evitados problemas familiares e devoluções.

Vale destacar ainda que, durante toda a coleta dos fragmentos das atas, a temática da adoção inter-racial foi citada raríssimas vezes, modalidade de adoção que evidencia as diferenças físicas entre pais e filhos. O ocultamento desta questão parece demonstrar o tabu construído sobre o tema, pois muitos pretendentes podem ter ressalvas quanto à adoção de uma criança de cor ou raça diferente da sua e, ao mesmo tempo, medo ou insegurança de falar sobre o tema diante do grupo. Weber (1998) ressalta que ao escolher a cor da criança, o

adotante está impondo limites na adoção, uma vez que a criança adotável deve ser toda aquela que não tem possibilidade de ser criada por sua família de origem e está, portanto, pronta a integrar-se a uma família adotiva, e que a cor da pele não seja uma condição para adotar ou não um filho, mas sim o desejo de se tornar pai ou mãe.

Levinzon (2013) ressalta que as diferenças de raça, cultura e, principalmente, a aparência física, implicam em um esforço maior de adaptação também por parte da criança, para que todos possam ser capazes de se desprender da identificação física para se basearem nos sentimentos e vivências de afeto.

Além do desejo dos pais, é comum que as crianças também apresentem o desejo de ter a mesma cor da pele dos pais, o mesmo cabelo e a mesma cor dos olhos, mas isso não significa uma rejeição à sua identidade, e sim o desejo de ser como seus pais ou por considerar as características dos adultos como superiores às suas, principalmente em um país como o Brasil em que o racismo implica em árduas consequências, como prejuízos no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à moradia e ao maior risco de serem vítimas de violência, incluindo homicídios (Levinzon, 2013; IBGE, 2022).

Famílias que adotam crianças de outras cores ou raças precisam se preparar e conhecer os desafios que pais e filhos podem enfrentar, como por exemplo, expressões de racismo. É indispensável levar em conta esta possibilidade e não negar que essa realidade existe, sendo preciso proteger os filhos e preparar toda a família (adultos e crianças) para lidar com essas possíveis situações.

Por fim, destaco que a representação social predominante neste tópico, foi a representação de filho a partir dos referenciais da família biológica, isto é, àquele que é semelhante aos pais e, como consequência disso, os pretendentes passam a traçar um perfil de crianças que possam ser adotadas a partir de suas próprias características. Esta representação está ancorada no ideal de família construído historicamente, o qual valoriza os laços consanguíneos e inferioriza a adoção.

4.1.2 Reflexões sobre as características afetivas e psicossociais.

Quadro 2. Subcategoria 1.2 - Características afetivas e psicossociais

Religião
<p>1."O casal relatou que quer um filho de 0 a 7 anos, que tenha saúde, contou que imagina seu filho desde pequeno até ele ficar velho, que <u>quer educar essa criança na fé</u> e para a vida, quer que essa criança seja alegre e feliz" (03/03/2017, p.15, grifo meu)</p> <p>2."O esposo relatou que já teve um filho adotivo e se adaptou a ele bem como a enteada. Imagina uma criança bagunceira e que talvez venha com traumas que terá que lidar e que a <u>nova filha vai gostar de filmes, igreja e estudar</u> e de amigos, de comer, pensa que terá trabalho" (27/10/2017, p.4, grifo meu2)</p> <p>3."Ela imagina a menina com seu irmão rezando" (23/02/2018, p.46, grifo meu)</p> <p>4."Já o esposo, <u>espera que a criança seja religiosa</u>, quer passar a mesma educação do filho biológico. Uma criança amada por Deus" (23/02/2018, p.46, grifo meu)</p> <p>5."É questionado sobre a <u>influência religiosa</u> para com as crianças que estão presentes nas casas de adoção" (12/04/2019, p.61, grifo meu)</p> <p>6."Que quer educar essa criança na fé e para a vida" (03/03/2017, p.15)</p> <p>7."Espera criar o filho do mesmo jeito que foram criados no interior, <u>ensinar a ter religião</u> para que <u>ele siga sempre pelo bom caminho</u>" (Reabilitação, 25/05/2018, p.10, grifo meu)</p>
Trauma
<p>1."Imagina uma criança saudável, e que a questão da idade a preocupa, diante das personalidades diferentes, que as <u>histórias de sofrimento serão irreparáveis</u>, mas ela fará o possível para apoiar e ajudar, dando carinho e afeto de mãe, oferecendo uma educação" (28/10/2018, p.33,grifo meu)</p> <p>2."Levantou a questão que não tem medo, a mulher, já o marido falou que tem <u>medo sobre a carga psicológica que a criança vai ter mais motivos devido ela ser adotada</u>, relatou também que se preocupa mais com a parte psicológica do que física" (24/03/2017, p. 17,grifo meu)</p> <p>3."Uma mãe fala que tem <u>medo</u> de não conseguir impor limites devido a criança vir <u>carregada de traumas</u>" (09/03/2018, p. 48, grifo meu)</p> <p>4."Um membro destaca sua <u>preocupação</u> em não dar conta de ajudar a aliviar os <u>traumas da criança</u>" (04/05/2018, p. 5, grifo meu)</p> <p>5."Outro participante comentou que não sente medo, mas <u>receio dos traumas</u> que a criança carregará, receio de não saber lidar com isso" (05/10/2018, p.29, grifo meu)</p> <p>6."Seu esposo fala que sabe que a criança <u>vai ser triste e vai trazer vários traumas</u>" (28/06/2019, p.81, grifo meu)</p> <p>7."A sua imagem sobre isso é a ideia de que são <u>crianças com traumas e tudo mais, e não são crianças normais</u>" (08/11/2019, p.12,grifo meu)</p> <p>8."Ela diz que o perfil é uma criança de 0 a 2 anos, mais extrovertida, pois ela tem <u>medo que a criança tenha traumas</u>, e ao seu ver, na faixa etária escolhida a criança <u>não vai ter tantos traumas e caso tenha, com o tempo ela esquece</u>" (Reabilitação, 18/10/2019, p.17, grifo meu)</p> <p>9."Fala que sua intenção é adotar bebê e pergunta se há <u>traumas que a criança carrega desde bebê</u>, ou no ventre da mãe, se esta sofria agressões" (12/11/2021, n.p., grifo meu)</p>
Herança genética
<p>1."A participante também fala do <u>medo da genética</u> da criança, que venha com algum problema de saúde que é gerado <u>biologicamente ou até o gene dos pais biológicos</u>" (07/06/2019, p. 74, grifo meu)</p> <p>2."Se a criança for filha de usuários de drogas, ela será mais propensa a adquirir vícios no futuro?" (04/09/2020, n.p.)</p> <p>3."L. um casal foi preso por homicídio ou alguma coisa e teve aquela criança, a criança vem com aquela genética daquele casal?" (04/09/2020, n.p.)</p> <p>4."IR. inicia falando que <u>o único medo</u> que tem, embora já tenha amadurecido a ideia, é a questão de <u>problema de saúde que a criança pode ter por conta de sua mãe biológica, deu exemplo de drogas, que não saberia como lidar com isso</u>" (02/07/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>5."M. pergunta, e uma criança que os pais possuem vícios, <u>a criança traz na genética</u> esses vícios?" (27/08/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>6."P. diz que tem <u>receio</u> com o histórico dos pais" (12/11/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>7."D diz que tem <u>medo que a criança venha com histórico de pais</u> usuários de drogas e isso afete o desenvolvimento psicomotor da criança" (26/03/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>8. "A participante também fala do <u>medo da genética</u> da criança, que venha com algum problema de saúde que é gerado biologicamente <u>ou até o gene dos pais biológicos</u>" (07/06/2019, p. 74, grifo meu)</p> <p>9. "Um quinto casal relatou que em conversa com um médico psiquiatra o mesmo afirmou que <u>carrega-se no material genético o comportamento criminoso</u>" (02/08/2019, p.87, grifo meu)</p>

Fonte: A Autora

A temática da fé e da religião apareceu de forma frequente nas falas dos pretendentes à adoção. Os estudos que relacionam a adoção à religião ainda são escassos. Este assunto pouco aparece em pesquisas sobre as famílias adotivas para além da retomada histórica, entretanto, os estudos sobre família e religião me possibilitaram gerar reflexões que podem ser aplicadas às especificidades das famílias por adoção.

Souza e Lemos (2009) afirmam que a Igreja tem o poder de influenciar as relações familiares com um impacto importante na regulação dos corpos e da sexualidade. A igreja legítima, muitas vezes, os poderes estabelecidos pela sociedade e atua como poder simbólico nas relações de gênero. No caso do Cristianismo, religião predominante no Brasil (IBGE, 2010), o poder do patriarca sobre os demais membros da família é reafirmado, sendo o pai a autoridade e o regulador das relações.

Santos (2019) ao analisar as influências do Cristianismo nas relações familiares destaca que, para a mulher, a salvação depende de comportamentos condizentes com a fé, assim como da submissão ao homem, cujo qual deveria governar a família tendo os filhos sujeitos a ele.

Desta forma, para preparar os filhos para o Reino de Deus, os pais deveriam deixá-los livres do pecado e das impurezas, o que ameaçaria sua salvação. No contexto da adoção esta ideia pode ser perigosa se aliada a outros mitos, como por exemplo, o mito de laço de sangue, que entende que o filho adotivo carrega em um sangue "impuro", pois teria em seu DNA as características e comportamentos dos genitores, marcados pela violência, uso de drogas, crimes, entre outros, ou ainda a ideia de que crianças e adolescentes institucionalizados são perigosos ou mau-caráter.

Outra forte influência da religião na criação dos filhos trata do princípio da obediência, missão atribuída aos pais que devem educar os filhos sob os propósitos divinos, tornando-os obedientes. Aos filhos cabe entender os papéis e as posições hierárquicas do lar de acordo com os sexos e as idades, além de seguir o mandamento “Honra teu pai de todo o coração, não esqueças os gemidos de tua mãe. Lembra-se de que sem eles não terias nascido, e faz por eles o que fizeram por ti” (Eclesiástico, 7: 29-30, apud, Santos, 2019).

Além disso, na religião cristã, é considerado um dever dos pais corrigirem os atos de rebeldia dos filhos. Portanto, o pai e a mãe devem se empenhar na tarefa de orientação e correção diária. Por outro lado, é esperado que os filhos aceitem as decisões de seus pais e os honrem de forma consciente.

Caldana (1995) aponta que os princípios cristãos desempenham um papel significativo e estão impregnados no cotidiano e na criação dos filhos, isso porque a religião

proporciona a ideia ou pelo menos a esperança de pureza, bondade, obediência e salvação. Entretanto, quando estes valores são muito rígidos, “a educação da criança reveste-se de uma conotação moral, pressupondo o combate aos vícios, às más inclinações e às paixões do corpo” (Caldana, 1995, p.112). No cenário da adoção, se estes princípios forem colocados em prática de forma muito rígida podem reforçar os mitos já citados, como o de “laço de sangue”, cuja ideia de que crianças/adolescentes adotivos teriam um desvio de caráter. A caridade seria, então, caracterizada na presença da religião, como uma forma de “combater estas impurezas”, o que pode funcionar como um obstáculo para adoção, acreditar que as crianças/adolescentes estão “corrompidas”, atravessadas pelo mal e pelo pecado supostamente herdado.

Outro ponto que merece atenção é o da obediência, este é um princípio que exigiria grande flexibilidade, tendo em vista o período de testes pelos quais passam as famílias por adoção. Trata-se de um período em que o filho verifica inconscientemente se, de fato, será adotado e se pertencerá àquela família mesmo que mostre o pior de si mesmo. Nesses momentos poderá ficar agressivo, desobediente ou ainda apresentar comportamentos regressivos, segundo Levinzon (2020). Ademais, Caldana (1995) ressalta que estas expectativas demasiadamente rígidas de obediência, muitas vezes citadas como respeito, exige dos pais que tomem o cuidado de não se deixar dominar pelo afeto e com isto haver o descuido da tarefa de educar seus filhos no caminho cristão. Neste caso, o afeto acaba por ficar em segundo plano, sendo substituído pela autoridade.

Rosa (2020), ao dissertar sobre as transmissões e tradições familiares, aponta que a idealização ainda presente no imaginário social atual mantém a representação da família no modelo patriarcal, nuclear e heterossexual, reforçado pela religião, com as funções parentais fixas aos papéis do pai e da mãe, e deixam veladas as relações de poder e as violências. Este modelo é transmitido em forma de tradição e atua na constituição subjetiva e social, localizando os sujeitos para que desempenhem os papéis esperados. Entretanto, à medida que essas estruturas são questionadas, abre-se espaço para novas configurações e novas formas dos sujeitos se inserirem na sociedade.

Desta forma, ressalto a necessidade de fomentar discussões sobre os contextos históricos e subjetivos, além dos cenários nos quais os dispositivos tem se constituído para que garantam os mecanismos de sujeição social, além de também fomentar as novas possibilidades que busquem assegurar a constituição do sujeito emancipado dos ideais de submissão que geram angústia e sofrimento.

Por fim, destaco a representação social da adoção em relação à religião, elaborada pelos pretendentes neste tópico, como uma forma de garantir a educação e a boa conduta do filho adotivo. Essa evidente preocupação demonstra a insegurança dos pretendentes em relação às características morais do futuro filho, semelhante às expectativas já demonstradas anteriormente em relação à adoção de crianças maiores e a preocupação com o caráter da criança/adolescente.

Para iniciar a análise do próximo tópico, é pertinente apresentar a definição de trauma, conceituado por Freud (1976), como "a incapacidade de lidar com uma experiência cujo tom afetivo fosse excessivamente intenso" (Freud, 1976 [1917a], p. 325). Isto é, trata-se de um evento de grande intensidade que ultrapassa a capacidade do sujeito de elaborar psiquicamente o ocorrido, apresentando um caráter disruptivo e desorganizador. Além disso, Freud (1976) destaca que o trauma é inevitável e estruturante, uma vez que todos os sujeitos em algum momento da vida passarão por situações excessivas e estruturantes porque, a partir desta experiência, o sujeito desenvolverá formas de reagir diante disso e elaborará estas situações a medida em que é impulsionado a trabalhar psiquicamente e a procurar um sentido para o ocorrido. Dunker (2006), com base em Freud, ressalta ainda que o trauma possui caráter intersubjetivo, pois depende dos processos de interpretação e dos sentidos e significados que o sujeito atribui ao evento, o que pode indicar o impacto psíquico do ocorrido.

Para complementar esta perspectiva, trago a contribuição do psicólogo social Martín-Baró (1988), que implicado com a visão individual de trauma, elabora a noção de trauma psicossocial a partir das ideias de Paulo Freire (1970) sobre "situações-limite", as quais se apresentam aos sujeitos na forma de determinantes históricos e imutáveis, aos quais lhes caberia apenas adaptar-se, implicando na existência daqueles que servem (oprimidos) e em contraste, daqueles que negam e são servidos (opressores). Segundo o autor, os sujeitos oprimidos "se encontram impotentes em face da realidade opressora, como "situação-limite", que lhes parece intransponível" (Freire, 1970, p. 54).

Neste sentido, Martín-Baró (1988) destaca que o trauma psicossocial é efeito da exposição dos sujeitos às situações-limite que anunciam os limites das possibilidades singulares constituídas pelo coletivo, momento que marca a identificação das contradições sociais e "a cristalização concreta nos indivíduos de uma relação social disforme e desumanizadora" (Martín-Baró, 1988, p. 236). Para o autor, a exposição às violentas desigualdades criam marcas psíquicas negativas não apenas na dimensão individual, mas em proporção social afetando os grupos populacionais.

O entendimento é que o trauma tem dimensão individual e coletiva, desde sua causa até suas consequências. No contexto da adoção, não posso deixar de pensar na retirada da criança de sua família de origem sem pensar na falha do Estado na criação, ampliação e efetivação de serviços, programas e projetos públicos que tenham como finalidade dar suporte às famílias. Não há como ignorar, também, as implicações de raça, gênero e classe presentes neste processo sem que resulte em consequências traumáticas.

Nos fragmentos apresentados foi possível notar a predominância do sentimento de medo e preocupação diante da ideia de que a criança adotiva é portadora de traumas irreparáveis e, que por esta razão, os filhos adotivos não seriam normais. Zorning e Levy (2006) apontam que a separação da criança de sua família pode gerar um impacto difícil de ser assimilado e representado pela criança, gerando angústias que poderão se apresentar em seu processo de desenvolvimento em forma de medidas defensivas. Entretanto, o determinante não seria o evento em si, mas as formas como a criança/adolescente elaborará e interpretará o evento, o que, por vezes, se dá por meio da repetição, cujo movimento é frequentemente notado nos primeiros tempos da adoção e pode fazer parte da fase de testes, em que a criança reproduz as situações já vividas mesmo que estas não tenham sido positivas, a fim de elaborar, confirmar o amor dos pais e a concretude do vínculo na nova família.

Neste sentido, Sampaio e Magalhães (2023) em sua recente pesquisa sobre a temporalidade na adoção, enfatizam a importância da elaboração do luto da criança em relação aos vínculos com a família de origem, nas instituições e/ou famílias acolhedoras pelas quais passou, enfatizando que este processo pode ser longo e complexo, envolvendo possíveis reações de agressividade ou inibição que podem levar os pais a se questionarem sobre a adaptação do filho e sobre suas capacidades parentais. Para Winnicott (1959), esta forma de reação de "sintomas antissociais" é caracterizada como uma busca, como "apalpadelas por um ambiente sadio e são sinais de esperança" (Winnicott, 1959, p. 199) pois é possível saber por meio deles que a criança está realizando um trabalho psíquico para lidar com suas dores.

Cabe ressaltar que a criança não tem consciência deste movimento e necessita que os adultos propiciem o suporte necessário, além da mediação destes comportamentos, oferecendo um ambiente seguro e livre de julgamentos para que a criança encontre outras formas de se expressar e possa elaborar seus lutos com apoio dos novos pais. Como um processo, demandará tempo e, em alguns casos, pode ser bastante longo, mesmo quando a criança passou por estas privações ainda muito pequena e não tem consciência do que lhe aconteceu. Por isso, a importância dos pais lhe contarem a sua história, pois assim ela poderá

ter recursos para lidar com a realidade que se apresenta e não precisará expressar-se em forma de sintoma, como discutirei adiante.

Desta forma, para ajudar a criança/adolescente a lidar com as marcas deixadas pelos rompimentos e situações difíceis que viveu, Winnicott (1959), Zorning e Levy (2006), ; Levinzon (2004; 2020) e Sampaio e Magalhães (2023) destacam que faz-se necessário acolher o tempo singular de cada uma, assim como sua história de vida. A presença de novas figuras parentais que forneçam um ambiente seguro e amoroso irá ajudar a criança/adolescente neste trabalho de elaboração das perdas, mas pode não ser o suficiente, sendo indispensável que o filho possa colocar em palavras seus sentimentos e lembranças.

Afirmo ser fundamental que os pais não recuem diante das repercussões da história do seu filho e invistam em seu potencial de ressignificação para poderem juntos, sustentá-la e escrevê-la continuamente a partir das novas experiências que vivenciarão, não se encerrando nas experiências já vividas e dando contorno entre a história anterior e a atual. As famílias precisam compreender isso para que não desistam. Aos profissionais cabe ter o conhecimento necessário para auxiliar e apoiar os pais neste processo.

Há ainda o trauma psicossocial vivido pela criança ao deparar-se com sua posição diante das desigualdades e do não acesso à direitos básicos. Para que este cenário mude, Paulo Freire (1970) e Martín-Baró (1988) apontam que é necessário que o sujeito passe a perceber que a situação-limite que lhe parecia imutável, pode ser ineditamente viável a partir de sua ação, passando a vislumbrar essa possibilidade. Entretanto, esta percepção se fará possível apenas a partir da ação libertadora, histórica e crítica sobre o contexto, e pela ação coletiva, pois "para alcançar a meta da humanização que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das "situações-limites" em que os homens se acham quase coisificados" (Freire, 1970, p. 55).

Foi possível perceber que o trauma possui duas faces, a social e a individual, que se entrelaçam e demandam diferentes tipos de manejo, mas que estão longe de serem irreparáveis, apesar da possibilidade de sua elaboração ser longa e complexa. Como ressalta Levinzon (2004), não se trata de um trauma, como aponta o fragmento "*medo sobre a carga psicológica, que a criança vai ter mais motivos devido ela ser adotada*", mas trata-se de uma solução. Além disso, sujeitos de todas as idades podem passar por situações traumáticas, mesmo ainda bebês, e poderão gerar repercussões. Por esta razão, é importante conhecer a história do filho adotivo e contá-la à criança para que ela tenha meios de lidar com suas marcas e de criar narrativas de sua própria história.

Por fim, destaco a representação social da criança adotada, como geradora de medo. O filho está representado como alguém que será traumatizado e com marcas irreparáveis, direcionando os pretendentes à adoção para a ideia de que uma criança menor não teria traumas e, conseqüentemente, reduzindo ainda mais as possibilidades na escolha do perfil.

A herdabilidade genética dos filhos é um aspecto muito relevante para os pretendentes à adoção. Segundo Abreu (2002,) a preocupação com relação a este aspecto resulta, principalmente, na grande preferência pela adoção de crianças pequenas, pois tem-se a ideia de que adotando um bebê, os adotantes seriam capazes de apagar supostos problemas genéticos, herdados dos genitores biológicos. Para muitos pais, ao adotar uma criança pequena, tem-se a expectativa de que poderiam moldá-la a seu gosto, apagando possíveis influências herdadas.

Esta representação está fortemente ancorada no mito do laço de sangue, amplamente estudado por Weber (1999), que aponta a supervalorização dos laços de sangue e das semelhanças físicas entre pais e filhos no Brasil, gerando dificuldades nas famílias adotivas quando os pais e mães não estão preparados para lidar com situações constrangedoras do cotidiano, como ouvir comentários preconceituosos neste sentido: “mas o grão do olho se parece com o seu” ou “nossa, até parece que é de vocês mesmo, é tão parecido (a)”.

A crença de que a carga genética é responsável pelos comportamentos da criança persiste no imaginário e, por isso, nos casos de adoção é comum atribuir maus comportamentos, histórias que não deram certo ao “sangue ruim” que a criança supostamente traz consigo, herdado de seus pais de origem. Segundo Weber (1999), é cômodo atribuir certas características à genética, pois assim é possível se esquivar da responsabilidade de ter contribuído para tal comportamento.

Alguns estudos já foram realizados sobre este assunto na área de genética comportamental. Plomin et al. (2016), ao estudarem casos de adoção, apontam que adoção trata-se de uma produção de família a partir de pessoas que não tem nenhum parentesco genético, mas que compartilham o mesmo ambiente, sendo que a semelhança entre os membros da família sugere uma estimativa importante sobre a influência do ambiente nos indivíduos. Os autores concluem que a genética tem influência de cerca de 50% no que diz respeito às habilidades cognitivas e distúrbios mentais, como é o caso da esquizofrenia, ressaltando que nas pesquisas em genética do comportamento, a herdabilidade raramente ultrapassa 50%, demonstrando o grande impacto do ambiente sobre os comportamentos.

Outro estudo, de Leve et al. (2009), contou com a participação de 290 tríades (criança, pai/mãe adotivo e mãe biológica e 95 pais biológicos), buscando compreender a relação entre genética e comportamento em crianças adotadas. Os autores tinham como objetivo investigar se os pais adotivos têm a capacidade de compensar o risco genético a fim de prevenir o surgimento de problemas durante a infância. O estudo contou com pais e mães biológicas que tivessem alguma psicopatologia, tais como, transtorno de ansiedade, depressão, uso de drogas, entre outros. A parentalidade e os comportamentos da criança também foram avaliados. A conclusão foi que diferentes tipos de parentalidade influenciam o risco de psicopatologia para crianças com alto e baixo risco genético. Quando a psicopatologia da mãe ou do pai biológico era alta, a paternidade estruturada (que fornece regras claras, organiza o tempo da criança e a auxilia em momentos que lhe exijam maior controle emocional e comportamental) ajudou a compensar os problemas de comportamento. Entretanto, quando a psicopatologia dos genitores era baixa, a paternidade estruturada aumentou os problemas de comportamento, concluindo, assim, que essas crianças não precisam de estruturação extensa e o excesso de intervenções pode impedir ou atrapalhar seu desenvolvimento normal. Além disso, ao entrevistarem os pais adotivos, os autores encontraram associações significativas entre o risco para problemas de comportamento futuros e a herdabilidade genética.

Segundo Leve et al. (2009), a presença de problemas em crianças adotadas pode não ter relação com a herdabilidade genética, mas com uma adequação a um ambiente parental altamente estruturado ou menos estruturado. Além disso, concluem ainda que "como tal, o papel dos genes compartilhados como um mecanismo mediador subjacente às associações entre pais e filhos pode ser descartado" (p.08). Esta pesquisa, além de demonstrar a importância do ambiente e das relações entre pais e filhos adotivos, traz outras duas reflexões importantes. A primeira de que, por vezes, os pais por adoção oferecem assistência e intervenções para além do que seus filhos necessitam, podendo trazer prejuízos. A segunda de que, de acordo com os pais por adoção, seus filhos apresentariam futuramente problemas de comportamento em razão de sua genética. Esta expectativa dos pais faz parte da história da criança e terá repercussões em como os pais lidam com os percalços comportamentais e de relacionamento, confirmando o que Weber (1999) afirma a respeito do mito do laço de sangue e a responsabilidade sobre os comportamentos do filho.

Camargo (2004) observou este mesmo fenômeno em sua pesquisa sobre adoção de crianças maiores e apontou que há um mito presente nas famílias adotivas. Ocorre a necessidade de uma compensação em virtude da história de sofrimento da criança, o que leva

pais e mães a intervirem demasiadamente ou pouparem seus filhos de situações que julguem difíceis para o filho lidar.

Outra pesquisa realizada recentemente por Klahr et al. (2017) contou com a participação de 561 tríades de participantes (pais adotivos, filho adotivo e pais biológicos), com a proposta de estudar a associação entre comportamentos antissociais dos pais biológicos, a parentalidade de pais adotivos e comportamentos antissociais das crianças adotadas. Concluíram que não há associação entre os comportamentos antissociais dos pais biológicos e a parentalidade construída pelos pais adotivos, isto é, a relação pai adotivo-filho adotivo, porém destacam uma associação direta entre o comportamento antissocial dos pais adotivos e a parentalidade, sugerindo que o comportamento antissocial dos pais adotivos demonstra um efeito na parentalidade negativa (constituída por forte crítica verbal, rejeição e disciplina dura dos pais em relação ao filho), que não pode ser explicado pelos efeitos do comportamento antissocial dos pais biológicos. Os comportamentos da criança considerados desviantes ou antissociais, teriam relação direta com a parentalidade adotiva e não com a herdabilidade genética, isto é, os comportamentos da criança não são herdados dos genitores, mas são produto, dentre outras variáveis, da relação com os pais e como estes exercem a parentalidade.

Uma experiência relatada por pretendentes em 2019, descrita no quadro 2 - "Um quinto casal relatou que em conversa com um médico psiquiatra o mesmo afirmou que carrega-se no material genético o comportamento criminoso" (02/08/2019, p.87), revela que a palavra dos profissionais tem grande impacto para os pretendentes, pois ocupam um lugar social que representa o conhecimento técnico, científico e empírico, mas quando disseminam informações falsas, isso pode levar a decisões equivocadas e a prejuízos emocionais e sociais.

Compreendo que, justificar o mau comportamento de uma criança ou adolescente adotado em razão da sua herança genética, é uma reflexão simplista que reduz a complexidade do que é o ser humano aos seus genes, ignorando todas as suas experiências sociais e subjetivas. Deste modo, quanto mais distante o filho adotivo estiver do filho idealizado pelos pais e pela sociedade de modo geral, maiores serão as chances de justificarem seu modo de ser por meio da genética. Esta ausência de laços sanguíneos, por vezes, faz com que as famílias adotivas sintam-se diminuídas, porém, como ressalta Weber (1999), "o significado da adoção está em transformar uma pessoa que não tem o mesmo sangue em filho. Os laços de sangue perdem a importância e são construídos laços de ternura, laços de amor" (p.135).

Por fim, a representação social encontrada neste tópico é que o filho adotivo seria portador das características dos pais adotivos por meio de seus genes, gerando medo nos pretendentes à adoção. O medo do futuro filho reproduzir a história de seus pais de origem.

4.1.3 Reflexões sobre a expectativa da maternidade e a paternidade adotiva

Quadro 3. Subcategoria 1.3 - Expectativa da maternidade e paternidade adotiva

Parentalidade inata
<ol style="list-style-type: none"> 1. "A outra mãe relatou que a maternidade é um <u>dom</u> maravilhoso, o homem falou que espera poder sair com essa criança e poder chamá-la de filho" (03/03/2017, p.15, grifo meu) 2. "O outro pai relatou que a paternidade é uma <u>dádiva</u>, porém não é o mundinho cor de rosa que se imagina, relatou que não tem preferência por sexo" (03/03/2017, p.15, grifo meu) 3. "Eles já tem dois filhos biológicos. Diz que é normal a criança reagir ao novo. Querem ensinar o certo, e a paternidade é a proteção, diz que <u>paternidade é instintiva</u>" (07/04/2023, p. 18, grifo meu) 4. "O pai acredita que a paternidade é um <u>dom</u> de Deus" (07/04/2023, p. 18, grifo meu) 5. "Ela acha que ser mãe é uma <u>dádiva de Deus</u>" (23/02/2018, p. 46, grifo meu) 6. "A mulher relatou que essa vontade de ser mãe seja algo da mulher" (03/03/2017, p.15)
Rejeição
<ol style="list-style-type: none"> 1. "O casal falou: "então, eu tenho muito <u>medo</u> de ouvir "<u>você não é meu pai</u>" e eu tenho esse <u>medo</u> também, desde que nós conversamos, e se eu vou escutar, o que eu vou fazer?" (09/07/2021, n.p., grifo meu) 2. "O primeiro casal fala do <u>medo</u> do filho jogar na cara que <u>eles não são pais dele</u>" (07/06/2019, p.74, grifo meu) 3. "O segundo casal diz ter medo de uma possível <u>rejeição da criança à eles</u>" (Reabilitação, 25/05/2018, p.10, grifo meu) 4. "Uma senhora explica que tem <u>medo</u> que na puberdade o filho fique rebelde, jogue na cara que foi adotado, dizendo: "<u>você não é minha mãe</u>" (30/06/2017, p. 31, grifo meu) 5. "Há a fala de uma das participantes em que ela tem <u>medo</u> do filho, diante de uma discussão, falar "<u>você não é minha mãe</u>" (09/03/2017, p. 48, grifo meu) 6. "Uma das mulheres que pretende adotar falou que percebeu o <u>medo</u> dela em <u>ser rejeitada pela criança</u>" (17/03/2017, p. 16, grifo meu)
Educação
<ol style="list-style-type: none"> 1. "Diz que a paternidade é ajudar um ser humano a evoluir, dar <u>educação</u>, e tudo que a família possa oferecer" (02/06/2017, p.25) 2. "Que quer <u>educar</u> essa criança na fé e para a vida" (03/03/2017, p.15, grifo meu) 3. "E se imagina como um pai que fará de tudo pela criança, irá <u>educar</u>, será um pai mais calmo do que bravo, irá impor regras" (07/04/2023, p. 18, grifo meu) 4. "O marido diz que gostaria de ter vários filhos, 2,3 até 4, imagina que será um pai dedicado e buscará dar o máximo de atenção que será um pai brincalhão, porém estipular horários para tudo, que também é enérgico e <u>educar</u> da melhor maneira possível, como ele foi educado" (02/06/2017, p.25, grifo meu) 5. "Mas ela fará o possível para apoiar e ajudar, dando carinho e afeto de mãe, oferecendo uma <u>educação</u>" (28/10/2008, p.33, grifo meu)
Amor
<ol style="list-style-type: none"> 1. "Tem medo de dar mais atenção para a filha adotiva. Pensa <u>amor incondicional</u> de aceitar a personalidade que tem" (27/10/2017, p.42, grifo meu) 2. "Outro casal comenta que querem dar <u>amor e carinho</u>, oferecer um lar diferente do abrigo" (02/06/2017, p.25, grifo meu)

- 3."Se imagina dando muito amor e carinho e imagina a criança como algo mais importante do mundo" (07/04/2023, p. 18, grifo nosso)
4. "A paternidade para o pai significa proteção e cuidado, diz que irá reproduzir o que aprendeu dos pais, com regras e muito amor" (07/04/2023, p. 18, grifo meu)
- 5."Como mãe, se vê fazendo as vontades da criança, dedicada dando amor, brincando junto" (28/07/2017, p. 33, grifo meu)
- 6."Para ela, ser mãe é independente do sangue, mas é no dia-a-dia, com amor, com carinho. É algo a ser construído" (23/02/2018, p. 46, grifo meu)
- 7."A penúltima a falar relatou que não imagina características físicas, mas que quer criar os filhos sem muitas imposições, e que maternidade para ela é um amor que extrapola, um amor que não tem "canseira" e que é liberdade para ir e para retornar" (06/04/2018, p.1, grifo meu)
- 8."O outro participante também fala que será um pai mais experiente e que com essa criança que virá ele dará muito amor e carinho" (21/09/2018, p.25, grifo meu)
8. "E como pais se imaginam como pais amorosos que entenderão as fases da criança, as fases de brincadeiras e traquinagens" (27/09/2019, p.3, grifo meu)

Um filho como companhia

- 1."O último casal a falar informou que querem um filho para ser companhia, para ajudá-los e eles o ajudarem" (06/04/2018, p.1, grifo meu)
- 2."Contam que buscam um companheirinho, já que por problemas de saúde não podem ter filhos biológicos." (15/09/2017, p.39, grifo meu)
- 3."E agora ela pretende adotar um filho para lhe fazer companhia" (29/11/2019, p.15, grifo meu)
- 4."O segundo casal diz que desejam adotar uma menina entre seis meses e três anos para fazer companhia para a mãe" (Reabilitação, 26/04/2019, p.13, grifo meu)
- 5."E. sempre quis ter uma "menininha", para ser uma companheira para ela" (29/10/2021, n.p. grifo meu)
- 6."Ela diz que quer uma menina para "levar ela para o salão, para ser minha amiguinha", pois os meninos "puxam sempre para o lado dos pais". Ela afirma que se sente sozinha em casa, e o seu esposo concorda. Ele menciona que um dia eles estavam assistindo futebol na TV, e ela estava pintando as unhas e disse "viu como eu sou sozinha?" (29/10/2021, n.p. grifo meu)
- 7."Querem adotar porque não tem filhos e não querem ficar sozinhos, estão no grupo para ver o que vai dar, tem alguns medos porque as pessoas falam que não vai dar certo" (02/03/2018, p.47, grifo meu)

A impossibilidade da gestação biológica e o luto

- 1."Outro casal novo relatou também um pouco sobre a sua vontade de ser pai e que esta ideia foi surgindo aos poucos, devido não poderem ter filhos" (03/03/2017, p.15, grifo meu)
- 2."O último casal começou a esposa relatando que engravidou de seu atual marido teve o bebê e que com quatro dias o mesmo veio a falecer e que então devido a idade dela e ser gestação de alto risco optaram pela adoção" (03/03/2017, p.15, grifo meu)
- 3."Sempre sonhou em ser mãe, mas não conseguiu biologicamente" (07/04/2023, p. 18, grifo meu)
- 4."Contou que tentam engravidar há algum tempo, mas que seu marido não aceitava, e agora ele conseguiu mudar a visão" (05/05/2017, p. 21, grifo meu)
- 5."O segundo alegou que possuem dificuldades pela via biológica e decidiram adotar para dar amor" (28/07/2017, p. 33, grifo meu)
- 6."O terceiro casal descreveu que há essa mesma impossibilidade pela via biológica, que desejam dar amor a uma criança que necessita." (28/07/2017, p. 33, grifo meu)
- 7."O primeiro deles relatou que havia perdido um filho de 3 anos de idade, há um ano, desde então resolveram adotar" (04/08/2017, p. 35, grifo meu)
- 8."Outro casal relata que perderam um filho de 18 anos em um acidente e por isso optaram por entrar na fila de adoção" (Reabilitação, 18/05/2018, p.9, grifo meu)
- 9."Eles tiveram problemas para ter filhos biológicos, o que levou os mesmos a procurar pela adoção" (07/06/2019, p. 74, grifo meu)
- 10."Outra mulher conta que não pode mais ter filho, no entanto, tem dois filhos biológicos e segundo a participante, a filha está com Deus, e ela sonha em ter mais uma filha, e o seu filho cobra bastante uma irmã" (28/06/2019, p.81, grifo meu)

A caridade

- 1."Uma das pessoas relatou que a filha quer muito um irmão, além disso, alegou que é filha adotada e que gostaria de fazer algo por uma criança, dar amor, uma família, um pai e uma mãe" (12/05/2017, p. 21, grifo meu)
- 2."O segundo casal comentou que a principal motivação para a adoção foi para fazer o bem ao próximo, o homem disse que foram decididos e que optaram por não escolher características a única restrição foi idade até 7 anos" (26/05/2017, p.25, grifo meu)
- 3."O casal V. e C já tem um casal de filhos e a mulher diz que deseja ter uma família grande e para ajudar uma criança" (15/06/2018, p. 11, grifo meu)
- 4."F. diz "nós não podemos mudar o mundo, mas nós podemos mudar o mundo de alguém. (...) tem tanta criança abandonada por aí, e nós vamos poder mudar o mundinho dela"" (12/03/2021, n.p., grifo meu)
- 5."Ele fala por questões de estabilidade financeira e as formas como os amigos lidavam com os filhos, diante a relação deles despertou a vontade de construir uma família, mas não para agregar em sua relação, "mas sim poder ajudar uma criança" (18/06/2021, n.p., grifo meu)

O projeto e o desejo de serem pais

- 1."O primeiro casal relatou que desde a juventude possuem o desejo de ser pai/mãe a partir da via da adoção" (28/07/2017, p. 33, grifo meu)
- 2."O quarto, alegaram que possuem o desejo de ser pai/mãe, que a adoção é um ato grandioso, que é uma via de mão dupla, que ao dar amor vão receber também, vão ganhar um filho e conclui que devemos refletir sobre essa questão: Desvincular a adoção da ideia de boa ação" (28/07/2017, p. 33, grifo meu)
- 3."Ela explica que sempre pensou em adotar, independente se tivesse filhos biológicos" (23/02/2018, p.46, grifo meu)
- 4."É mãe de três filhos e sempre teve o sonho de adotar" (06/04/2018, p.1, grifo meu)
- 5."O segundo casal a falar informou que a futura mãe é filha adotiva e por isso sempre teve o desejo de adotar, então esperou até que o marido partilhasse do mesmo desejo. O marido informou que quer um filho" (06/04/2018, p.1, grifo meu)
- 6."A mediadora questiona como surgiu essa vontade de adotar, eles falam que sempre foi um sonho, e após o namoro foi um objetivo formar uma família com filhos adotivos" (17/05/2019, p. 70, grifo meu)
- 7."O casal conta que sempre quiseram adotar, independente de uma possível gravidez, a mulher conta que alguns da família não os apoiaram em nessa decisão" (28/06/2019, p.81, grifo meu)
- 8."O primeiro casal relatou que o interesse pela adoção estava presente mesmo antes do casamento" (02/08/2018, p. 87, grifo meu)
- 9."E.F.S e D. dizem que também pensam em adotar desde a época que namoravam" (12/03/2021, n.p. grifo meu)

Fonte: A autora

As expectativas sobre ser pais e mães adotivos demonstradas no quadro acima revelam uma notável influência religiosa, em que os pretendentes representam a maternidade e a paternidade como um dom ou dádiva divina, atribuída a eles de forma inata. Santos (2019) aponta que na perspectiva cristã, após o matrimônio o casal é convocado a dar frutos (filhos) e serem bons pais, já aqueles que não seguem este destino são julgados e tidos como rebeldes e desobedientes contra os desígnios de Deus, e aqueles que não puderam gerar filhos biologicamente, são vistos como infelizes e amargurados.

Após o matrimônio, os adultos poderiam gerar filhos e seriam capacitados por Deus para tal missão, atribuída a eles como uma dádiva. À mãe caberia educar e amar, e ao pai, avaliar os resultados da educação, prover e punir quando necessário, a fim de evitar que os pecados da carne se despontem (Santos, 2019).

Badinter (1980) questionou fortemente esta ideia ao desconstruir a ideia de que o amor materno seria um instinto, uma tendência feminina inata. A autora contraria a representação da mulher como aquela que ao se tornar mãe encontraria em si mesma através

de sua natureza maternal todas as respostas para sua nova condição, pois estaria naturalmente capacitada para tal, e aponta que esta concepção não passa de um mito que permeia o imaginário popular, uma vez que a maternidade, assim como a paternidade tratam-se de um comportamento social, variável de acordo com a época, a cultura e os costumes, e por esta razão não há uma conduta materna universal ou necessária.

No contexto da adoção, esta concepção pode trazer grandes prejuízos, como a ideia de amor à primeira vista, uma vez que o amor paterno e materno seria inato, logo o amor pelo filho surgiria assim que o encontrassem ou adotassem, além da resistência para uma preparação e obtenção de informações sobre as especificidades do filho adotivo, uma vez que os pais seriam divinamente capacitados para exercer a parentalidade, além do potencial de alimentar fantasias sobre "os pais verdadeiros" em que os pais biológico é que seriam dignos daquele filho, deslegitimando os laços adotivos.

Badinter (1980) afirma que o amor maternal é construído por meio das relações cotidianas e dos cuidados dispensados ao filho, que não se exprime a todo momento e é historicamente construído. Ariès (1981) e Gradvohl (2014) destacam que o amor entre pais e filhos surgiu entre os séculos XVII e XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, em que a educação e preservação das crianças passam a ser responsabilidade dos pais, e não mais da comunidade, consolida-se assim, a divisão dos papéis, ao pai caberia trabalhar e garantir o sustento do lar, e à mãe caberia o cuidado doméstico e a criação dos filhos.

Além de amar, surge neste cenário a necessidade de educar as crianças, assim, amar e educar seriam os dois deveres primordiais dos pais em relação aos filhos, e é em torno deles que a família moderna passa a se constituir. A educação passa a ser uma forma de controle dos impulsos infantis e de transmissão dos valores, fruto do grande movimento de moralização promovido pelas igrejas católicas e protestantes ao final do século XVII (Ariès 1981; Roudinesco, 2003).

Além disso, a construção do amor entre pais e filhos se mostrou através da importância atribuída à educação, pois agora os pais passavam a se interessar pela formação dos filhos, uma preocupação antes desconhecida de preservar sua moralidade e também de educá-los, associando sua fraqueza moral à sua inocência e pureza divina. Desta forma, o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da diversão e da brincadeira, mas por meio do interesse psicológico e da preocupação moral (Ariès, 1981).

Outro ponto de destaque, é que a educação da criança mediria a eficácia de seus pais em sua criação, assim, constrói-se um discurso social que investe na figura de pais

competentes, voltados à missão de criar bons cidadãos e isentos de dramas familiares. Teperman (2020) afirma que valendo-se das angústias de pais e mães na criação dos filhos, tais discursos renovam e dão consistência à ilusão de harmonia, anunciando-a sob a forma da eficiência e da competência parental, como se, a família pudesse livrar-se dos excessos, das faltas e das imperfeições inerentes à convivência e à transmissão de valores.

Desta forma, apesar de a adoção provar de diversas maneiras que a ideia de maternidade e paternidade inata não se sustenta, os pretendentes parecem ainda ter uma concepção contrária, em que o pai e mãe são representados como sujeitos naturalmente e divinamente dotados da capacidade de maternar/paternar. Além disso, as representações de suas funções enquanto futuros pais se assemelha àquelas priorizadas desde o fim do século XVII, a de amar e educar. Vale ainda ressaltar que ambas as funções não dependem dos laços biológicos nem são naturalmente produzidas por eles, mas são construídas cotidianamente e localizadas em um tempo e em um espaço.

Esta ilusão de que a natureza proverá o amor e as capacidades parentais nos auxilia a compreender o medo dos pais adotivos de serem rejeitados por seus filhos, uma vez que a adoção subverte o modelo natural e biológico de ter filhos. Garrafa (2019) ressalta que em relação a construção do vínculo entre pais e filhos adotivos, a disposição dos pais viria primeiro, e a disposição da criança apareceria em um segundo momento, como uma resposta. Para a autora, o fracasso das adoções pode ocorrer exatamente quando os pais invertem este tempo, colocando em primeiro plano e como requisito para exercer a parentalidade o reconhecimento por parte do filho.

Desta forma, é necessário realocar os pais em seu papel de protagonistas neste processo de construção de vínculos, para que, mediante a possíveis afrontas à sua parentalidade não se deixem convencer por isso, como nos relatos acima que demonstram o temor dos pretendentes de ouvirem de seus filhos que não são seus pais. Maux e Dutra (2010) apontam que esta fantasia está ligada à insegurança dos adultos nos vínculos adotivos e em lugar de pai e mãe. As autoras apontam ainda que este medo é uma das causas para que os pais omitam a história da criança, pois temem que ela os rejeite e retorne à família de origem.

Vale ressaltar que o lugar ocupado por pais e filhos na dinâmica familiar adotiva depende das motivações que levaram os adultos a optar pela adoção. Alguns pretendentes falaram que a adoção sempre fez parte de suas vidas enquanto um projeto, e que o desejo de adotar é antigo, e assim, a adoção torna-se para eles uma meio para tornarem-se pais e mães. Neste sentido, a adoção aparece na forma de uma decisão semelhante à decisão por ter um filho pela via biológica.

Outra motivação apresentada foi a da adoção como uma alternativa para a impossibilidade de gerar filhos ou para lidar com a morte de um filho. Camargo (2004) aponta que este é frequentemente o caminho seguido por casais que a princípio não consideram a adoção de uma criança como parte de seus planos familiares, mas que passam a vê-la como um meio ou alternativa para vivenciarem a maternidade/paternidade em razão da impossibilidade de gestação biológica. Isso demonstra, portanto, uma importante representação social da adoção.

Vale ressaltar ainda que assim como a morte de um filho, a impossibilidade de ter filhos de forma natural tende a causar grande sofrimentos, e por isso, em ambos os contextos faz-se necessário um trabalho psíquico de elaboração deste luto. A busca pela adoção neste contexto pode ser uma alternativa para lidar com a dor destas perdas, mas a presença do filho adotivo também pode significar a limitação biológica e a ausência do filho falecido, uma vez que ele não o substituirá e a adoção não substituirá o gestar biológico (Levinzon, 2004/2020).

Além disso, Weber (1999) e Schettini (2006) destacam que este é um ponto importante a ser trabalhado no processo de habilitação dos pretendentes, pois são especificidades da adoção passíveis de elaboração e adaptação, que podem se dar a partir da disponibilidade de espaços de preparação, apoio e reflexão e prevenir problemas futuros, a fim de que os pais consigam construir seu lugar de forma mais segura e estejam certos da veracidade dos laços adotivos que formam sua família.

O luto não elaborado pode trazer consequências ruins para pais e filhos, como a constante tentativa de imitar a família biológica, por meio da rígida idealização que afeta a construção do perfil elaborado pelos adotantes que acabam por escolher apenas bebês com características físicas semelhantes a eles ou ainda semelhantes ao filho falecido, alimentar fantasias de roubo do filho, de serem abandonados ou rejeitados por ele, e incorrer ao risco de ocultar a história de vida do filho adotivo. Assim, as concepções, dores e lutos influenciarão nas relações e na criação do filho, desta forma, vale destacar que os pais assumem um papel fundamental na reconstrução da identidade de seus filhos, sendo essencial para estes a construção simbólica de sua história de vida, e neste sentido, é importante que a criança/adolescente saiba que nasceu naquela família prioritariamente pelo desejo de seus pais em tê-lo como filho (Szejer e Stewart, 1997; Levinzon, 2004; Schettini, 2006).

Neste contexto, Szejer e Stewart (1997) e Sampaio e Magalhães (2023) ressaltam que a adoção pode se apresentar como um encontro de pessoas que passaram por situações importantes de sofrimento: A criança, que teve seu convívio com a família de origem interrompida e os pais, que passaram por experiências de perda e luto. Este processo

apresenta uma temporalidade não apenas cronológica, mas também subjetiva. Isso nos conduz a reforçar que todos nesta relação tem uma história que se entrelaçará com a história do outro, e isso implicará que ela seja contada, pois será a história de uma família.

Outra motivação de destaque nas falas dos pretendentes, foi a motivação de ajudar alguém por meio da adoção, isto é, a caridade. Por fim, ressalta-se o mito da adoção como forma de caridade. Esta concepção está interligada com a visão assistencialista que fomentou as práticas de proteção infanto-juvenil no Brasil no século XIX. (Marcílio, 2019). Entretanto, uma adoção bem sucedida envolve o desejo dos adotantes de serem pais ou mães, escolhendo investir seu amor neste filho. Levinzon (2004) afirma que o desejo de ser solidário não é motivação suficiente para a adoção, pois o vínculo parental não pode ser construído em função de desejos altruístas ou da salvação desta criança, além disso, de acordo com a autora esta motivação pode determinar estereótipos que podem ser sentidos posteriormente como um fardo para a criança, pois esta estaria sempre em dívida com seus pais pela boa ação que lhe fizeram.

Ademais Weber (2001) relata que as famílias que têm como motivação a caridade, são mais críticos com seus filhos, atribuindo-lhes características mais negativas, enquanto pais motivados pela esterilidade ou pelo desejo, pelos sonhos, tendem a ter uma visão mais positiva de seus filhos. Desta forma, reforço a importância para a criança em saber que ela foi desejada, sonhada pelos pais, que tem um lugar na família e que não é apenas o fruto da “bondade” deles. Além disso, Diniz (1993) ressalta que se os pais são vistos como benfeitores, os filhos sentem-se impedidos de vivenciar e expressar sentimentos como raiva, agressividade e acabam sendo culpabilizados, pois entendem que devem gratidão aos pais.

Por fim, o desejo de ter um filho para ser companhia teve grande destaque nas falas dos pretendentes, mas o mesmo não acontece na literatura sobre o tema. Entretanto, com base nas contribuições teóricas apresentadas até aqui, vale destacar que a motivação implica em atribuir um lugar para o filho, e neste cenário, a criança aparece com a missão de suprir a solidão dos pais ou do irmão, e assim como as demais idealizações, é necessário que esta também seja flexível, a fim de simbolicamente possibilitar ao filho que contrarie esta expectativa.

Vale ressaltar ainda que muitos pretendentes se deparam com a dificuldade em imaginar como será seu filho e o lugar que ele ocupará na dinâmica familiar, entretanto, Levinzon (2004) destaca que ao conceber uma criança imaginária é necessária, pois é a partir desta imaginação que percebe-se o desejo de ter um filho, entretanto os pais devem ser capazes de compreender que esta criança não corresponderá a criança real. É neste sentido

que os grupos de apoio desempenham um papel essencial: o de reflexão e esclarecimento. Ao alertar os futuros pais quanto a necessidade de haver um espaço de aceitação da criança com suas qualidades e defeitos, dificuldade e potencialidades, além das dificuldades que poderão enfrentar, uma série de problemas futuros podem ser evitados, como a devolução por exemplo, pois estarão melhor amparados para conviver com a criança de acordo com suas especificidades.

Desta forma, as representações sociais expostas neste tópico apontam para o deslocamento da criança adotiva do lugar de filho para a missão de suprir as necessidades dos adultos, sejam de altruísmo, de substituir um ente querido, ou de fazer companhia a alguém. Quanto às representações sobre maternidade e paternidade, estas parecem estar resumidas às concepções da modernidade, implicando aos pais a missão de amar e educar e para isso, estariam natural e divinamente capacitados.

4.2 ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES

Sou um homem comum de carne e de memória de osso e esquecimento. Ando a pé, de ônibus, de táxi, de avião e a vida sopra dentro de mim pânica feito a chama dum maçarico e pode subitamente cessar. Sou como você feito de coisas lembradas e esquecidas rostos e mãos. (Ferreira Gullar)

4.2.1 Reflexões sobre a Adoção de crianças maiores

Quadro 4. Subcategoria 2.1 - Adoção de crianças maiores

A moral
<p>1."Uma questão que surgiu é o fato dos <u>valores</u>, gostos e <u>se isso vai ser absorvido pelos filhos, principalmente se forem adolescentes</u>" (09/03/2018, p.48, grifo meu)</p> <p>2."Uma participante questiona se adotar uma criança com menos de 7 anos é mais fácil o modo de aprendizagem e <u>construção de caráter</u>" (15/03/2019, p. 50,grifo meu)</p> <p>3."<u>Questiona sobre o histórico e construção social dos adolescentes</u> presentes nas unidades de acolhimento" (24/05/2019, p. 72, grifo meu)</p> <p>4."Diz ter <u>medo</u> de pegar uma criança de sete, oito anos, pois tem <u>medo</u> na questão da educação, pois ele <u>já vem com uma cabeça mais formada</u>" (27/11/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>5."Quer uma criança de 2 a 5 anos, mas não quer adolescente pois diz que são <u>muito complicados</u>"(06/10/2017, p. 41,grifo meu)</p> <p>6. "A nona pergunta queria saber se adolescentes costumam <u>dar mais trabalho</u> que crianças" (04/10/2019, p.5, grifo meu)</p> <p>7. "Possui <u>medos</u> de se apaixonar por crianças mais velhas e não saber como conquistá-la" (15/09/2017, p.39, grifo meu)</p> <p>8."Então houve uma pergunta sobre <u>crianças mais velhas que tem histórico de roubo</u> se os futuros pais terão acesso a estas informações." (18/08/2017, p.37, grifo meu)</p>
O desenvolvimento
<p>1."Diz que imagina um recém-nascido, que quer trocar fraldas e que <u>quer passar por tudo isso</u>, sonha em querer uma menina, também fala da possibilidade de adotar uma criança maior se caso aparecer e ele se apaixonar" (02/06/2017, p.25, grifo nosso)</p> <p>2."Quer um filho de até um ano para <u>participar de tudo</u>, mas quer adotar mais velhos depois" (07/04/2017, p. 18, grifo nosso)</p> <p>3."Outro participante relata que imagina um bebê, pegar no colo, <u>participar desta fase da criança</u>, que ainda está na fase da fantasia" (21/09/2018, p.25, grifo meu)</p> <p>4."Este casal deseja um bebê, pois a mulher tem medo de não conseguir passar pelas fases" (Reabilitação, 18/05/2018, p.9, grifo meu)</p> <p>5."Optaram por um perfil mais restrito pois querem <u>curtir o desenvolvimento</u>" (Reabilitação, 26/04/2019, p.14, grifo meu)</p> <p>6."CI quer um bebê de até dois meses, para "<u>acompanhar 24h por dia o desenvolvimento dele</u> (...) pra acompanhar esse processo, já que da gestação eu não posso ter"" (18/06/2021, n.p.grifo meu)</p> <p>7."Querem adotar uma criança de até 2 anos de idade, porque querem "passar pela experiência de acordar de madrugada, de trocar fralda". Querem <u>acompanhar "se não puder todos, mas a maioria dos passos"</u>" (29/10/2021, n.p.grifo meu)</p>
Sentir-se mãe
<p>1."O terceiro casal diz tentar controlar a ansiedade, que <u>espera ter um bebê para se sentir mãe</u> e acompanhar todas as fases da criança" (Reabilitação, 25/05/2018, p.10, grifo meu)</p> <p>2."Uma mulher diz que um filho em <u>uma idade maior não satisfaz o desejo de ser mãe</u>. Ela diz que acredita que há muitos casos de adoção tardia pois o processo é muito burocrático, longo e demorado" (Reabilitação, 08/06/2018, p.11, grifo meu).</p>
A história e os traumas
<p>1."O primeiro participante a falar ressaltou que quanto mais velha for a criança, <u>mais história ela terá, e esta pode ser carregada de traumas</u> e isso faz com que ele se sinta um pouco "inseguro" (24/09/2018, p.19, grifo meu)</p> <p>2."O segundo casal relata ter medo de uma criança maior ter <u>influência de seu passado</u> no seu desenvolvimento e envolvimento familiar" (Reabilitação, 25/05/2018, p.10,grifo meu)</p> <p>3."O primeiro casal levanta a ideia sobre a idade, e diz que <u>quanto mais velha a criança mais complicadas são as vivências da</u></p>

criança, que eles têm medo de saber se contam ou não sobre o passado da criança" (07/06/2019, p.74, grifo meu)
 4."E. diz que tem medo de adotar uma criança mais velha pelas lembranças que ela pode ter e eles não sabem lidar com isso" (25/09/2020, n.p. grifo meu)
 5."Ainda não sabem o perfil, mas relata ter medo de adotar uma criança mais velha. Acredita que a criança pode vir com hábitos, manias e traumas, e que têm medo de "não dar conta"" (1203/2021, n.p. grifo meu)

A caridade

1."Um casal comenta que tem casos na família de adoção tardia e acha bonito isso" (Reabilitação, 06/10/2017, p.8, grifo meu)
 2."Citando a fala de um participante: "Antes você quer dar tudo (amor, e coisas materiais) depois que você vai no abrigo a nova visão muda por que eu vou dar tudo para um bebezinho? Se tem outros lá que também precisam. Nós tendemos a ir para o mais fácil, por isso vamos para os menores, os outros testam, fazem birra"" (17/03/2017, p. 16, grifo meu)

Fonte: A Autora

Neste tópico, discutirei a respeito da "adoção tardia" que, de acordo com a literatura (VARGAS 1998; Weber, 1999; Ebrahim, 2000), trata-se da adoção de crianças maiores de dois anos de idade. Estudos mais recentes de Costa e Rosetti-Ferreira (2007) e Machado et al. (2015) têm criticado o uso deste termo, pois apontam que não há tempo exato para que uma adoção seja feita e o termo "tardia" pode levar ao entendimento de que o tempo adequado para a adoção já passou. Por esta razão, os autores sugerem a utilização da expressão "adoção de crianças maiores", a qual utilizei para intitular esta categoria.

Em relação à idade, a maioria dos pretendentes diz querer adotar uma criança entre zero e dois anos de idade. A justificativa para esta escolha incide na preocupação com os comportamentos e condutas morais de uma criança mais velha e/ou adolescente, o desejo em participar da maior parte do crescimento e desenvolvimento desta criança, a ideia de que uma criança menor não lembraria ou seria menos afetada por sua história anterior à adoção e a percepção de que uma criança mais velha não supre o desejo de tornar um adulto pai ou mãe.

Inicialmente, os pretendentes demonstram uma preocupação com os valores e o caráter carregados por crianças maiores e adolescentes. Corresponde a uma insegurança ainda influenciada pela história social da infância e da adoção em nosso país, história carregada de violência e com uma forte herança deixada pelas ações tomadas durante a ditadura militar no Brasil, que marginalizou e criminalizou a infância pobre.

Muitos pretendentes ainda têm uma visão das crianças em acolhimento institucional influenciada pelo antigo modelo da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), criada em 1976 a partir da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), estabelecida em 1964 com o objetivo de implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A FUNABEM atendia crianças abandonadas e os, então chamados "menores infratores", e se baseava no Código de Menores de 1927, prevendo a internação de crianças e adolescentes a fim de conter a criminalidade, seguindo a Doutrina de Segurança Nacional (Rizzini e Rizzini, 2004).

A FEBEM seguia a lógica de "limpar" as ruas de elementos indesejáveis, crianças e adolescentes que, supostamente, ofereciam risco à ordem. Rizzini e Rizzini (2004) apontam que esta retirada do meio social era também uma punição por estarem afastados da família. Essas crianças eram chamadas de "internados" na FEBEM, por serem órfãos e/ou desvalidos, por terem desvio de conduta, por terem deficiência física ou mental ou por serem filhos de pais com tuberculose ou hanseníase. Entretanto, a instituição ficou representada socialmente como um internamento para jovens criminosos, representação fortalecida pelo seu modo de funcionamento interno e externo, configurando-se como uma verdadeira prisão (Figura 1).



Figura 2: Unidade da Fundação Casa na Vila Maria (antiga FEBEM), zona norte de SP.
Fonte: Jornal Ponte (2020)



Figura 3: Fundação Casa (antiga FEBEM), na Vila Maria, zona norte de São Paulo.
Fonte: Revista Saci (2018)

A instituição foi extinta apenas em 2006, em razão do histórico de violência e rebeliões. Esta história tão recente que criminaliza a infância pobre e culpabiliza as famílias ainda têm uma importante repercussão no imaginário dos pretendentes à adoção, principalmente em relação à adoção de crianças maiores, fazendo com que os candidatos tenham medo de colocar em suas casas uma criança ou adolescente que possa ser "mau-caráter", "imoral" ou criminoso. Como aponta este fragmento, em que mesmo citando diversos cenários em que a criança é uma vítima, ao final, é representada como uma ameaça à família: *"O casal quer adotar uma menina específica, explica que não estão abertos a adotar outra criança que não a menina, e que existe o "medo de colocar outra criança em casa", por conta da criança poder ter um histórico de violência sexual, abuso, por experiências já vividas na instituição não iria adotar crianças que possam fazer mal a eles, "os filhos biológicos são em primeiro lugar"* (13/08/2021, n.p. Grifo meu).

Além disso, Camargo (2004) aponta outra representação social da infância que ocupa os discursos dos pretendentes, a ideia da infância como sendo o único tempo em que será possível "consertar" ou "mudar" um indivíduo, sugerindo uma preocupação presente nos fragmentos acima, em que o pretendente questiona se adotar uma criança com menos de sete anos seria mais fácil o modo de construção de caráter. O autor exemplifica esta representação por meio dos ditados populares: "Pau que cresce torto morre torto" e "é de pequeno que se torce o pepino".

Estas duas ideias que circulam pelo senso comum indicam que um processo de desenvolvimento que é inicialmente mal conduzido terá como resultado um sujeito mal estruturado, fora de um ideal de normalidade, necessitando de intervenção precoce para corrigir desvios. Essa é a representação social da adoção que se manifesta na escolha dos candidatos à adoção de crianças com idade igual ou menor de dois anos, a crença e a esperança de que sua personalidade ou caráter possa ser corrigida se algo estiver errado ou não estiver de acordo com o ideal de filho desejado pelos pais.

Além disso, outra motivação para que a grande maioria dos pretendentes escolha adotar bebês e justifique esta escolha na possibilidade de participar desde o início de seu desenvolvimento, é a falta de confiança no laço familiar adotivo, tendo a intenção, mesmo que não de forma consciente, de amenizar as consequências das vivências que a criança possa trazer consigo e de se assemelhar a uma filiação biológica com o nascimento de um bebê.

Em nossa sociedade, como já discutido anteriormente, os laços consanguíneos têm uma grande valorização, o que pode afastar a adoção do que seria uma "família ideal" e despertar fantasias como a de que uma criança maior não satisfaz o desejo de alguém de ser pai ou mãe, como representado no fragmento 6: *"Uma mulher diz que um filho em uma idade maior não satisfaz o desejo de ser mãe. Ela diz que acredita que há muitos casos de adoção tardia pois o processo é muito burocrático, longo e demorado"* (Reabilitação, 08/06/2018, p.11, grifo nosso).

A demora nos processos de destituição têm sido longamente debatidos (Vargas, 1998; Weber, 1999; Schreiner, 2004; Maux e Dutra, 2010), pois envolvem procedimentos altamente burocráticos e delicados, e a retirada apressada da família de origem seria demasiado prejudicial à criança e sua família. Vale lembrar ainda, que a adoção é o último recurso a ser utilizado, pois trata-se de uma medida extrema e que implica em grandes rupturas. Outro fenômeno que leva à demora da destituição, trata-se de crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias de origem quando já têm idade superior a dois anos.

Além disso, é importante citar a influência dos mitos e estigmas que reforçam a falta de confiança no vínculo familiar adotivo e ganham ainda mais força quando o filho não é um bebê, como em uma filiação biológica. Muitos pretendentes encontram na adoção uma alternativa para a impossibilidade biológica de gerar filhos, entretanto, é necessário passar pela elaboração deste luto para que a adoção cumpra seu real objetivo, que é o de encontrar pais para filhos.

Levinzon (2004) apresenta três fases que configuram o processo de elaboração da impossibilidade de gerar os próprios filhos, sendo: 1) Fase da negação; 2) Fase das reações de

raiva e 3) Fase da aceitação. Segundo a autora, quando o pretendente está passando por este processo durante seu percurso para se tornar pai/mãe por adoção, suas decisões serão influenciadas pelo momento que está vivendo e, por esta razão, é importante que os profissionais estejam atentos e possam acolher e orientar o pretendente, auxiliando-o a passar por este processo e tomar decisões mais conscientes, uma vez que a adoção não substituirá uma gestação ou filiação biológica.

Os fragmentos das atas mostram uma preocupação dos pretendentes com o passado de uma criança maior, dando destaque ao trauma e ao medo. Já abordei esta questão anteriormente, mas vale ainda ressaltar que a representação das crianças adotadas como portadoras de traumas irreparáveis, infelizmente está presente no cotidiano da adoção. Por diversas vezes, ao pensar em crianças adotivas os pretendentes logo imaginam uma criança traumatizada pelo suposto abandono e violência, sendo que no futuro, ao apresentar comportamentos diferentes dos idealizados, normalmente são justificados pela herança genética ou pelos supostos traumas irreparáveis que a criança carrega consigo (Weber, 1999).

Segundo Levinzon (2004), a separação da mãe biológica impõe à criança uma necessidade de adaptação a um novo ambiente, incluindo novas pessoas, uma nova mãe e/ou um novo pai. Esta descontinuidade pode influenciar futuramente em uma sensibilidade maior diante de situações de separação e a um medo latente de ser abandonado. Todavia, diferente do que o senso comum divulga, os estudos de Weber (1999), Levinzon (2004) e Sampaio (2018) afirmam que quando a família por adoção consegue oferecer um ambiente de sustentação adequado, esta marca traumática passa a ser sentida apenas como uma cicatriz, pois a experiência emocional vivida agora é muito maior, mais duradoura e afetuosa diante da capacidade de acolhimento, da maturidade e do amor compartilhado com os pais adotivos. Além disso, Winnicott (1953) aponta que “as crianças adotadas tardiamente apresentam a capacidade de se recuperar das privações físicas, emocionais e sociais, quando se lhes oferece uma família carinhosa e adequada” (p. 23).

Os fragmentos também revelam que os pretendentes demonstram ainda uma grande preocupação e dizem sentir medo das influências do passado da criança e de sua história anterior à adoção. Mesmo na adoção de bebês, apesar de parecer que os candidatos não percebiam isso, a criança tem uma história complexa, que envolve rupturas e privações importantes. Entretanto, na adoção de crianças maiores, este histórico pode ter sido mais longo, envolvendo diversas rupturas, pois além da retirada da família de origem, a criança ou adolescente pode ter transitado entre instituições e modelos de acolhimento e aproximações e/ou devoluções com possíveis pais por adoção. Desta forma, a construção do vínculo

parento-filial será atravessada por essas experiências anteriores, não apenas do filho, mas dos pais também, e demandará esforços de ambos, uma vez que uma criança mais velha já é capaz de compreender a adoção e comunicar o que deseja.

Diversos estudos apontam para a importância de legitimar o passado da criança, dando espaço para que sua história possa ser recontada e não se torne um segredo ou um não-dito na relação familiar (Hamad, 2002; Levinzon, 2004; Schettini et al., 2006; Machado e Ferreira, 2015; Fernandes e Santos, 2019). Para Schettini et al. (2006), a história do passado da criança adotada é parte essencial de sua identidade e não pode ser negada, mas integrada à nova fase da família. Ela passa, agora, a ser parte da história de todos, já que foi por meio dessa história que a adoção foi possível.

Desta forma, à medida que os pais compreendem as experiências trazidas pela criança, é possível construir uma nova narrativa que atribua novos significados aos eventos passados, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes guarda memórias claras de suas vivências na família de origem e nas instituições pelas quais passaram, incluindo apegos e lembranças positivas que são importantes de serem preservadas. A família adotiva terá de lidar com essas vivências e, ao receber seu filho, acolher também toda sua história.

Hamad (2002; 2006) defende que o filho adotivo deve ter acesso à sua história e à história de seus pais, anterior a adoção, pois caso contrário, ao lidar com isso estando sem recursos simbólicos para tal, haverá uma onipotência da fantasia. O autor ressalta ainda que a posição de manter em segredo a pré-história do filho aponta para uma vontade dos pais em apagar sua história e supor que nada que aconteceu antes da adoção é digno de sua história de filho inscrito na nova família. O filho adotivo deve poder ter uma família que não atribua julgamentos de valor ou justificativas ilusórias sobre sua origem.

Acolhendo o que a literatura traz, resalto que o conhecimento da história da criança possibilita uma maior compreensão de suas experiências passadas, permitindo que os pais adotivos tenham mais clareza sobre as possíveis necessidades de seu filho, facilitando uma transição bem-sucedida para o novo ambiente familiar.

Os fragmentos trazidos no quadro 4 também remetem à noção de caridade. Em ambos os fragmentos citados, pude notar que essas crianças a que se referem não ocupam um lugar de filhos, mas de recebedores de uma benfeitoria. Levinzon (2004) e Fernandes e Santos (2018) ressaltam a importância de que a adoção não seja realizada por altruísmo, mas pelo desejo de um adulto em tornar-se pai ou mãe, uma vez que esta motivação afetará o lugar que a criança ocupa na família. Além disso, para que a adoção seja bem sucedida é necessário que

os pais ocupem seu lugar como tal, pois ao ocupar o lugar de salvadores implicaria em colocar o filho em uma posição de dívida com aqueles que o salvaram.

Concluo esta etapa da discussão, considerando que as representações sociais estão ancoradas nos mitos do trauma irreparável e na ideia do "jovem infrator" que ganhou força com iniciativas "socioeducativas" como as FEBEMs. Tais representações mostram um retrocesso no próprio conceito de criança, retornando à ideia do adulto em miniatura presente na Idade Média, pois as concebem como seres acabados, isto é, com a personalidade e caráter já formados, ignorando o conceito atual de que crianças e adolescentes são sujeitos em desenvolvimento, e essa é a sua característica excepcional que os difere dos adultos.

4.3 HISTÓRIA ANTERIOR DE PAIS E FILHOS POR ADOÇÃO

Há um grande silêncio que está sempre à escuta...

(MARIO QUINTANA)

4.3.1 Reflexões sobre a família biológica

Quadro 5. Subcategoria 3.1 - A família biológica

O desejo dos filhos em relação aos pais de origem
<p>1. "Houve a seguinte pergunta: Se na adolescências os filhos quiseram <u>conhecer os pais</u>" (30/03/2017, p.17, grifo meu)</p> <p>2. "A segunda relata que deseja contar também, e aborda sobre os pais biológicos, e <u>o medo se deixa ou não conhecer</u>" (30/06/2017, p.31, grifo meu)</p> <p>3. "Uma mulher inicia falando que tem <u>medo que a criança deseje fazer contato</u> com a família e que crie uma coisa entre a família de origem, "<u>não posso negar</u> que ela conheça"" (15/06/2018, p.11, grifo meu)</p> <p>4. "O casal fala sobre as crianças serem bagunceiras e estudiosas, e <u>o receio da mulher é o desejo das filhas quererem ver os pais</u>" (22/02/2019, p. 44-4, grifo meu5)</p> <p>5. "Os participantes comentaram do <u>medo de a criança ver esse familiar e querer voltar</u>" (08/03/2019, p.47, grifo meu)</p> <p>6. "Uma mulher comentou que o que lhe assusta é <u>o medo</u> que a criança quando for grande queira <u>procurar os pais biológicos, ela relata que se sentiria rejeitada</u>" (22/03/2019, p. 52, grifo meu)</p> <p>7. "A professora indaga se eles tem alguma objeção e não permitir que os filhos conheçam a família biológica. Uma participante diz que não, pois sabe que a criança tem direito, mas que <u>no fundo ela torceria para que a criança não o quisesse</u>" (22/03/2019, p. 52, grifo meu)</p> <p>8. "Um terceiro casal relatou que <u>teria dificuldade em levar o filho adotivo ao encontro dos pais biológicos</u>, caso esse fosse o desejo do filho" (02/08/2019, p. 87, grifo meu)</p> <p>9. "Seu companheiro diz que tem <u>medo de a criança ter curiosidade de conhecer e se aproximar da família biológica</u>" (06/12/2023, p. 17, grifo meu)</p> <p>10. "A. diz que tem <u>medo</u> de que quando tiver quinze anos, adulto, ele <u>tenha vontade de conhecer a sua família de origem</u>. Diz que não vai se opor a isso, mas que <u>teme que seu filho passe a amar a mãe biológica e deixe de gostar dela</u>" (23/10/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>11. "CI. diz que seu <u>medo</u> é do adotivo <u>querer voltar para a família biológica</u>" (02/07/2021, n.p. grifo meu)</p>
O desejo dos pais de origem em relação à criança
<p>1. "A mulher colocou a questão do <u>medo da mãe biológica tomar novamente a criança</u>" (11/08/2017, p.36, grifo meu)</p> <p>2. "O casal perguntou se em caso de adoção <u>se os pais se arrependem tem chances de reaver o filho</u>" (22/09/2017, p.39, grifo meu)</p> <p>3. "Há risco da criança já estar adotada e a família querer a guarda novamente?" (25/05/2018, p.9)</p> <p>4. "Uma mulher diz que tem <u>medo</u> de um dia um parente da criança chegar até ela e tentar se aproximar, e <u>criar um vínculo com a criança</u>" (06/12/2023, p. 17, grifo meu)</p> <p>5. "Uma participante que já adotou relata que tem <u>medo de a família de origem querer novamente, mesmo sabendo que não é possível</u>" (Reabilitação, 03/05/2019, p. 16, grifo meu)</p> <p>6. "O que fazer se a família biológica encontrar a criança com a gente e querer levar a criança de volta?" (25/06/2021, n.p.)</p> <p>7. "A primeira questão levantada foi sobre o <u>medo</u> dos pais biológicos encontrarem seu endereço" (10/03/2017, p.15, grifo meu)</p>

Fonte: A autora

Levinzon (2004) explica que uma das razões pela qual os pais por adoção têm medo do retorno do filho à família de origem, mesmo que isso seja juridicamente impossível, é porque constroem fantasias de roubo, como se tivessem surrupiado uma criança de outrem e, a qualquer momento, pudesse acontecer a reivindicação de sua posse. Estes pais carregam a sensação de uma parentalidade ilícita e, por esta razão, podem adotar condutas extremamente

protetoras e desconfiadas, considerando que o lugar verdadeiro da criança seria na família biológica.

Os fragmentos citados no quadro 5 *"diz que tem medo que a criança quando for grande queira procurar os pais biológicos, ela relata que se sentiria rejeitada"* e *"teme que seu filho passe a amar a mãe biológica e deixe de gostar dela"* reflete o medo de que os filhos adotivos venham a buscar os pais de origem, além do sentimento de serem rejeitados pela criança. Estas fantasias se dão em razão da incerteza dos pais quanto à solidez do vínculo com seu filho e o medo de perdê-lo ou que ele os deixe, permanece frequentemente à espreita (Levinzon, 2004). A fantasia do abandono, apesar de frequentemente estar relacionada aos filhos adotivos, ocupa também o imaginário dos pais, os quais imaginam que poderão ser abandonados e se tornem órfãos de seus filhos em razão da suposta preferência pela família biológica.

Esta fantasia pode ser o motivo principal para manter em segredo ou criar mentiras a respeito dos pais de origem, criando uma espécie de competição, o que fomentaria a criação de narrativas que depreciem os pais biológicos. Todavia, esta postura prejudicaria o filho adotivo, pois de acordo com Abrão (2014) e Machado, et.al. (2019), a criança tem de lidar com o duplo pertencimento, o vínculo com seus pais de origem, apesar de rompido, e com os pais por adoção, um laço criado pelo vínculo afetivo. Logo, ao ver aqueles que o geraram sendo depreciados e ocupando o lugar de "pais maus", o filho pode criar fantasias de que ele seria semelhante. Além disso, Levinzon (2004) ressalta que estabelecer uma divisão entre pais bons (adotivos) e pais maus (biológicos) é nocivo para o filho e traz repercussões para a formação da sua identidade.

A literatura (Levinzon, 2004; Rosa, 2008; Abrão, 2014; Machado, et al., 2019; Sampaio e Magalhães, 2023) destaca ainda que, apesar do medo de que o filho ao buscar informações sobre suas origens retorne à família biológica, não condiz com a realidade, uma vez que a motivação para esta busca é a de responder às lacunas sobre sua própria história. Fantasias como estas podem atuar como proibições (mesmo que não ditas explicitamente) para que o filho faça sua busca, entretanto, compreender sua história até a chegada na família adotiva pode facilitar a integração no novo lar. Levinzon (2004) e Machado et al. (2019) ressaltam que quando o filho não tem informações sobre suas origens na família adotiva, isso o impulsionará a buscá-las em outras fontes. Além disso, ao falar das origens o filho cria um saber sobre a sua história e a pré-história de sua adoção, localizando-o na família adotiva e estruturando os laços de filiação.

Neste contexto, encontra-se a angústia das famílias diante das questões do filho a respeito de sua família biológica. A orientação é de que os pais digam que a criança foi gerada por duas pessoas, que foram seus pais genitores e que não puderam criá-la, o que fez com que ela pudesse ser adotada. Por ela ter nascido por meio dos seus genitores de origem, os pais se alegram por poderem tê-la adotado e serem seus pais. Estas palavras contribuem para uma estruturação narcísica sadia, mas se este filho deseja conhecer seus pais de origem, e isso for impossível, seja pela insuficiência de informações, por riscos ou porque isso gera muito sofrimento aos pais, é preciso que se diga ao filho desta impossibilidade, bem como que se legitime este seu desejo, enfatizando que isso faz parte de sua história e é seu direito querer saber sobre ela. Contudo, naquele momento, pode não ser possível, mas que assim que possível ou quando ele for adulto, por exemplo, poderá encontrar maneiras de fazer isso caso ainda deseje (Mannoni, 1985; Dolto, 1994).

Motta (2005) e Rosa (2008) apontam que esta é uma das razões para a preferência por adotar bebês e crianças pequenas, pois sendo ainda pequenos, não têm uma história e os pais adotivos poderiam moldar o filho única e exclusivamente ao seu modo. Além disso, quando se trata da adoção de bebês, a entrega voluntária é uma realidade presente em muitos casos, assim como o equívoco do abandono ao afirmar que a genitora abandonou o bebê. As autoras destacam que isso se dá em razão do mito do amor materno e a ideologia atual de que as mulheres são naturalmente providas de todos os recursos para serem mães. É esperado que amem e cuidem da criança sob quaisquer condições, e as que se negam a isso, recebem o título de más, inconsequentes ou anormais.

A entrega voluntária é amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e visa evitar que crianças sejam abandonadas ou expostas a condições de risco. Ao permitir que os genitores entreguem legalmente a criança, busca-se garantir que ela seja encaminhada para um ambiente seguro, com cuidados adequados e a possibilidade de adoção. Trata-se de uma decisão responsável e cuidadosa em relação ao bebê e que não isenta a mãe biológica de sofrimento. Motta (2005) aponta que as mulheres que entregam seus filhos podem passar por um luto sem fim, além de poderem vivenciar o desmerecimento de amor e respeito, o que prejudica seus próprios relacionamentos interpessoais.

Sampaio e Magalhães (2023) ampliam esta discussão ao trazerem à tona a necessidade de preparar as crianças e adolescentes para a sua entrada no mundo da adoção, antes mesmo dela acontecer. É preciso falar às crianças que essa transição não significa que houve um abandono, mas como na maioria dos casos, houve a impossibilidade de ser cuidada em razão da vulnerabilidade das famílias que vivem em situação de marginalização social. O

serviço de acolhimento e a adoção são recursos para lhe garantirem um melhor desenvolvimento e o acesso aos seus direitos fundamentais, e que devido à falha na elaboração e/ou execução das políticas públicas lhe foram negados, até então.

Além dos filhos, é necessário que os pais adotivos também tenham acesso a esta perspectiva crítica, a fim de não estigmatizar as famílias de origem, e que tenham em mente a complexidade dos processos que ocorrem até a chegada deste filho em sua casa, tendo em vista que as motivações para a destituição familiar não são apenas uma questão individual dos genitores, mas uma falha social e política.

A representação social que emerge da família de origem está ligada ao medo do retorno do filho, seja por desejo dele ou pelo desejo da família biológica, podendo considerar que a família é representada como uma ameaça ao vínculo adotivo, gerando medo nos pretendentes.

4.3.2 Reflexões sobre a história do filho

Quadro 6. Subcategoria 3.2 - A história do filho

Conhecer a história		
<p>1."Outro casal relatou que a história da criança é fundamental e que ele acha <u>necessário conhecer a história da criança</u> até mesmo para saber como <u>lidar com ela</u>" (24/03/2017, p.17, grifo meu)</p> <p>2."Uma mãe falou que não dá para apagar a história, mas <u>dá para lidar com ela</u>, sem dor, fazer a vida seguir" (24/03/2017, p.17, grifo meu)</p> <p>3."A próxima pessoa a se colocar contou que <u>acha muito importante saber a história das crianças</u> e informar a ela que se um dia a criança sofreu hoje só irá receber amor" (18/08/2017, p.37, grifo meu)</p> <p>4."Foi dito por outro participante que acredita ser <u>importante saber a história da criança para saber lidar e direcionar da melhor forma</u>" (18/08/2017, p.37, grifo meu)</p> <p>5."Um participante fala que a criança traz uma bagagem e <u>precisa estar preparado para isso</u>. Outra participante concorda" (Reabilitação, 03/05/2019, p.16, grifo meu)</p> <p>6."Eu não me preocupo se ele vai ser usuário de drogas ou se ele tiver desvio psicológico. Eu me preocupo mais com o <u>que eu posso fazer diante disso</u> [...] Se ela tem alguma coisa de ruim, e eu tô inserindo valores na vida dela, eu acredito que isso muda, as pessoas mudam. A minha questão é muito mais comigo do que com a criança" (04/09/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>7."M. diz que as atitudes da criança não dependem da genética, <u>quem tem que se preparar é a gente</u>. O mundo tá lá fora, as coisas <i>ruim</i> vão acontecer" (04/09/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>8."A. fala que acha importante não olhar para o passado da criança com mais valor do que as preocupações do presente. Não trazer sempre um discurso "ele é assim porque a família dele..." (12/11/2021, n.p. grifo meu)</p>		
O medo		
<p>1."Outro casal relatou que eles tem <u>medo de não saber lidar com a história da criança</u>, e que ela tem medo que a criança seja discriminada pela sociedade" (24/03/2017, p.17, grifo meu)</p> <p>2."Outro casal apontou que tem <u>medo</u> de como a família vai reagir frente a adoção, sobre <u>como as pessoas vão reagir frente a história da criança</u>." (24/03/2017, p.17, grifo meu)</p> <p>3."A.R diz que o <u>medo</u> está relacionado <u>à história das crianças e aos mitos que dizem que a criança adotada sempre terá problemas</u>" (07/05/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>4."Uma das participantes diz que uma criança pequena, ao crescer, questionaria seus pais sobre a sua história e estes teriam que contar isso a ela e <u>para ela seria difícil</u>, já uma criança maior lembraria de sua história" (05/10/2019, p. 29, grifo meu).</p>		
A revelação		
Contar	Não contar	A hora certa
<p>1."O casal anterior relatou que <u>pretende contar para a criança que ela é adotada desde o início</u>" (24/03/2017, p. 17, grifo meu)</p> <p>2."Um outro participante fala que é importante contar, ninguém tem o direito de esconder essa história, mas contar gradativamente" (30/06/2017, p.31, grifo meu)</p> <p>3."Outra mulher fala que é importante contar desde cedo" (15/06/2018, p.11, grifo meu)</p> <p>4."Ela traz que a base da família não deve ser a mentira, e o não contar [sobre a adoção] é uma omissão" (13/09/2019, p.99)</p> <p>5."Um participante diz que seu filho saberá desde o início que é adotado" (06/12/2019, p. 17)</p> <p>6."A.ela e seu esposo pretendem falar a verdade, pois acreditam que a relação "não pode ser construída na mentira" (23/10/2020, n.p.)</p>	<p>1." Uma participante explica que se for um bebê não tiver irmãos <u>não vai contar</u>, mas se for maior vai contar" (30/06/2017, p.31, grifo meu)</p> <p>2."Um casal diz que <u>não pensa em contar a história pessoal da criança</u>, pois ela terá 2 anos e acreditam que não vai lembrar do seu passado" (30/11/2018, p.4, grifo meu)</p>	<p>1."A. já conversou com seu esposo sobre informar a criança sobre sua adoção. Diz que " não adianta esconder", mas pretende informá-lo " <u>a partir do momento que ele entender</u>" (23/10/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>2."J. ela e seu esposo optaram por <u>contar " na hora certa"</u>, e contar toda a verdade para que não tenham problemas no futuro" (23/10/2020, n.p. grifo meu)</p> <p>3."Fala que desejam adotar um bebê, pergunta em <u>qual momento devem contar</u> sobre o processo" (08/10/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>4."Relata que não irá esconder dos filhos que são adotados, que é um direito da criança saber, mas que os detalhes da história do passado irão contar <u>quando os filhos forem mais velhos</u>" (12/11/2021, n.p. grifo meu)</p> <p>5."E.K.S diz que <u>esperam que "ele tenha mais idade</u>, tipo uns 13, 18 anos", <u>pois só então ele entenderia</u>. Afirmam que querem revelar isso para os dois filhos ao mesmo tempo. L.E.S diz que "Deus vai mostrando o caminho pra falar a verdade"" (Reabilitação, 16/03/2021, n.p.)</p>

Os fragmentos revelam a consciência dos pretendentes à adoção de que é importante conhecer a história de seu filho para que consigam melhor compreendê-lo, para contar a ele sua própria história antes da chegada na família adotiva e com base nas informações adquiridas tomar decisões mais acertadas e conscientes. Simultaneamente, deparam-se com o medo das informações que encontrarão e do medo de não saber lidar com elas. Apesar de alguns pretendentes afirmarem que pretendem contar ao seu filho sobre sua adoção, a maioria espera pelo momento certo de falar sobre o assunto, o qual, supostamente, seria quando o filho tiver mais idade para compreender melhor.

Dolto (1994) destaca o quão difícil pode ser para os adultos falarem com seus filhos a respeito de fatos que geram sofrimento a eles mesmos e por não terem condições de falar sobre o assunto acabam por omitir da criança sua própria história de vida.

Na adoção, podem existir diversas razões que originam o sofrimento dos adultos e/ou de seus filhos, como, o luto pela impossibilidade de aquela criança não ter nascido naquele seio familiar, a história anterior à adoção, a infertilidade, a falta de segurança no laço afetivo entre outros. Segundo Hamad (2006), o processo de luto na família adotiva se dá a partir da descoberta de que não existem histórias boas ou más, mas que existem histórias singulares, únicas de cada família, e isso se dá à medida que sua própria história se torna suportável. E suportá-la é possível a partir do momento em que os significantes que apontam para uma marca negativa que cause culpa ou vergonha como, "sou um pai adotivo" ou "meu filho é adotado", se desfazem. O processo de luto na família adotiva se dá a partir de uma desconstrução de concepções negativas a respeito da adoção e da história do filho, pois é na medida em que o luto pelas impossibilidades representadas pela adoção é elaborado, que esta pode ser posta em palavras como qualquer história de uma criança com seus pais e, por isso, não faz sentido que haja uma "revelação", mas que sempre se tenha sabido.

Dolto (1994) e Mannoni (1985) destacam a importância da palavra verdadeira dita pelos adultos às crianças em todas as circunstâncias, pois a criança necessita e tem direito a verdade. Mesmo que seja difícil sabê-la, é por meio da palavra dita, ainda que em partes, que o sujeito pode constituir-se e humanizar-se. Portanto, para as autoras, conversar com a criança sobre seu desejo, as condições de sua origem, o que se passa com seus pais e sobre tudo que lhe afeta direta ou indiretamente, possibilita abrir um mundo em palavras, em representações e linguagem.

O oposto, quando existe um não-dito (que não foi falado para ela) a respeito de algo que acometeu ou acomete a vida da criança, acontece o que Dolto (1994) chama de "amputação simbólica" ocasionando sintomas com origens inconscientes, pois algo não pôde

ser simbolizado e, por isso, aparece na realidade de outra forma, uma vez que não foi possível ser representado pela palavra. Assim, à medida em que a criança é impedida de saber a verdade sobre sua história, ela é, ao mesmo tempo, impedida de sofrer de forma humanizada. Algo gerou sofrimento em sua família, mas por não poder falar nem saber sobre isso. A criança é desumanizada e fica no lugar de objeto e, por isso, não pode viver sua dor. Porém, quando a criança pode saber verdadeiramente o que acontece, de acordo com suas questões, ela é reconhecida e respeitada, podendo respeitar a si mesma (Dolto, 1985/1987; 1994).

É importante destacar que no cenário da adoção, em geral, a história do filho não é sabida em sua totalidade pelos pais, valendo mais a veracidade do dizer do que do saber. Isto é, a ênfase encontra-se na capacidade de colocar em palavras aquilo que sabe e também o que não sabe, mesmo que isso represente uma pequena parcela do que compõe a história da criança. De acordo com Szejer e Stewart (1997), quando os eventos relacionados direta ou indiretamente à criança são colocados em palavras, eles podem ser formulados e inseridos na sua história, e se fizer sofrer, este sofrimento terá uma razão conhecida, sendo possível encontrar maneiras para lidar com isso.

O segredo, porém, não permite uma localização na história. O sofrimento não pode ser nomeado ou localizado, pois a criança sabe o que aconteceu, uma vez que de alguma forma vivenciou aquilo. Sobre o que não lhe dizem, ela também não pode falar ou saber, isso lhe é proibido, entretanto, quando torna-se possível colocar este não-dito em palavras e compreende-se o que aconteceu, isso passa a ocupar o seu lugar na história, não aparecendo mais em forma de sintoma. Assim, o não-dito impede que a criança se estruture de forma positiva, pois não há o que possa ser construído a partir de um vazio (Szejer e Stewart, 1997; Hamad, 2006).

Os mitos e preconceitos atravessam a adoção de forma muito específica e podem atuar como fortalecedores de medos, dúvidas, insegurança e sofrimentos. Neste contexto, Hamad (2022) e Rosa (200) apontam que manter a adoção e/ou a história de pais e filhos em segredo aparece como uma forma de satisfazer o desejo de romper com um passado que representa algo trágico, e o segredo se institui ligado à moral, uma vez que há um ideal de família que é socialmente partilhado. Por isso, os questionamentos feitos pelos filhos ou por terceiros pode gerar medo nos pais por estarem diante da possibilidade de transgredir este ideal e da impossibilidade de identificação com um modelo de realidade, bem como, da perda de garantias supostamente asseguradas pela hereditariedade.

Mesmo com as novas discussões e o consenso dos estudiosos a respeito da necessidade de a criança adotiva saber que o é, não é difícil encontrar famílias que tenham

dúvidas sobre o assunto ou que expressam a vontade em esperar até a idade adulta do filho para revelar sobre sua adoção. As justificativas caminham pelo medo da reação do filho, pela fantasia de que ele deseje retornar para a família de origem e pelo fato de que, supostamente, quanto mais velho, melhor saberá lidar com esta informação. Porém, os efeitos disso podem ser desastrosos, omitir esta informação indica para o filho que há algo de errado com a adoção, ou que algum terceiro lhe conte sobre sua origem, potencializando o surgimento de conflitos, do sentimento de traição e a falta de confiança nos pais. A revelação tardia da história pode desencadear reações mais dolorosas e de difícil elaboração (Hamad, 2002; Levinzon, 2004).

Segundo Hamad (2006) e Levinzon (2020), a revelação sempre será um momento dramático. Os autores sugerem a construção de um álbum que contenha informações sobre o encontro entre pais e filhos, contendo fotos dos pais no dia em que foram conhecer o filho, fotos do local onde a criança estava acolhida. Seria o álbum da história da criança, devendo estar disponível sempre que ela desejar acessá-lo. Desta forma, não haverá revelação, mas uma história que é vivida e construída e que se conta no dia-a-dia, em que as dúvidas serão esclarecidas à medida em que surgem.

Todavia, existem questões a respeito da história da família que não podem ser representadas por fotografia, mas que igualmente precisam ser ditas, como as motivações que levaram os pais a escolher a via da adoção. Por mais dolorosas que possam ser, estas motivações fazem parte da história da família, assim como as razões que impossibilitaram que a criança/adolescente permanecesse em seu lar de origem. Esta verdade, muitas vezes é difícil de falar e de escutar, mas “se falada e dita de parte a parte, permite ao sujeito construir-se e humanizar-se a partir daí” (Dolto, 1994, p.17).

Na adoção, as perturbações na relação familiar podem advir de luto ainda não elaborado ou de ideias negativas a respeito da adoção que trazem sofrimento aos pais. O não dizer aponta para uma culpa e traz consigo um julgamento e uma condenação implícitos. Por esta razão, Rosa (2000) aponta que é necessário que os adultos falem sobre seus sentimentos para a criança, dizer que aquilo lhe faz sofrer ou que se trata de um tema difícil para eles, assumindo as contradições e limitações além de humanizar-se diante de seu filho. É por meio dessa verdade, mesmo diante de algumas impossibilidades, que é possível colaborar com a criança para que ela encontre uma comunicação pela via da linguagem.

Hamad (2006) aponta ainda que, admitir a necessidade de dizer a verdade ao filho por adoção, não significa persistir em lembrá-lo constantemente que ele é adotado. Saber inscrevê-lo como membro pleno na família requer que o desejo dos pais seja a razão principal

para isso. Ademais, vale enfatizar que o dizer não é da ordem do saber tudo, ou do dizer tudo, mas sim da ordem de reconhecer que há o desconhecido. Por isso, não se trata de revelar uma verdade objetiva de maneira pedagógica apenas na dimensão intelectual, mas o dizer que vem do adulto deve estar articulado com a demanda da criança, de maneira que ela, enquanto sujeito, encontre seu lugar e possa construir sua própria verdade, tornando-se sujeito de um discurso e não mais um objeto (lugar que ocupa diante do segredo). A partir disso, poderá “tornar-se o eu de uma história marcada por uma verdade que ele reconheça como sua” (Rosa, 2000, p.116).

Não posso deixar de destacar a importância dos espaços de preparação e apoio para adoção, pois o desejo de inscrever o filho no seio familiar envolve fantasias que devem ser elaboradas, assim como suas motivações, conscientes e inconscientes, e a construção de espaço para diálogos e trocas de informações e experiências. A representação social da história do filho adotivo construída pelos pretendentes à adoção é vista como algo de grande importância para que os pais saibam lidar com o filho e com as marcas que ele carrega, entretanto, essa história causa medo nos pretendentes, o que faz com que acreditem na ideia de que é necessário que o filho atinja uma determinada idade para saber sobre seu passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível notar a complexidade do processo de construção da maternidade, da paternidade e da filiação adotiva. Esta construção é atravessada por aspectos subjetivos e sociais que se entrelaçam e afetam as relações familiares. Neste sentido, as representações sociais desempenham um papel importante, pois atuam nas concepções que os pretendentes à adoção tem em relação a esta forma de constituição familiar e suas especificidades.

Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário destacar que a adoção tem um início bem delimitado cronologicamente do ponto de vista jurídico, entretanto, o mesmo não acontece sob uma perspectiva psicológica. A adoção pode ser concebida como um processo que se inicia com a tomada de decisão dos adultos, antes mesmo de iniciarem qualquer etapa jurídica, uma vez que, a partir deste momento, o filho adotivo ganha um lugar simbólico no psiquismo dos adultos. Na história dos pais este lugar é formado por expectativas, idealizações, lutos e por suas próprias histórias. Na história da criança adotiva estas questões também se fazem presentes, assim como sua história na família de origem e nos espaços pelos quais passou após ser destituída. Ao formarem uma família estas histórias se entrelaçam e farão parte das novas relações. Além disso, a história anterior à adoção apresentou estar repleta de temas difíceis, como, perdas, medos e lutos, dificultando a expressão em palavras.

Os fragmentos analisados propiciaram reflexões à luz da Teoria das Representações Sociais construídas por pretendentes à adoção. No que diz respeito às características físicas do filho adotivo, os pretendentes demonstraram clara preferência por meninas, representadas como dóceis, meigas e companheiras, além da preferência em adotar uma criança semelhante a eles, revelando o desejo em se assemelhar a uma filiação biológica e expondo a representação social da adoção como uma forma de filiação inferior a filiação biológica.

Pude compreender ainda, que a criança adotada é representada como anormal e problemática e que por esta razão, os pretendentes depositam grande importância à religião, atribuindo a esta uma garantia ou, pelo menos, esperança de obediência e caráter por parte do filho adotivo. Além disso, as crianças adotadas aparecem representadas como portadoras de traumas irreparáveis, causando medo aos pretendentes.

O sentimento de medo aparece também com relação à possibilidade do filho adotivo herdar as características e a história dos pais de origem ou de retornar à família biológica por

vontade própria ou pelo desejo dos genitores. O medo ainda se encontra em relação à história do filho, em que os pais demonstraram ter medo de não saber como lidar com ela. Desta forma, considero que tais medos estão baseados nos estigmas construídos em relação à adoção e no desconhecimentos sobre a história do filho e de como realmente se dá o processo de destituição familiar.

As representações sociais a respeito das expectativas da maternidade e paternidade adotiva, foram compreendidas pelos pretendentes como algo natural, instintivo e um dom divino. As motivações para a adoção revelam a representação social dos pais adotivos como salvadores, aqueles que deveriam ajudar uma criança necessitada. Sobre a motivação, a adoção é representada como uma possibilidade secundária de ter filhos, sendo uma opção após a impossibilidade do gestar biológico e como um projeto de vida. O filho adotivo aparece representado socialmente como aquele que servirá de companhia para suprir a solidão de um irmão ou de um dos pais.

No que diz respeito a adoção de crianças maiores, elas são representadas como portadoras de traumas irreparáveis e como indivíduos de caráter questionável e personalidade já formada, representação influenciada pelas práticas assistenciais que criminalizavam os jovens em situação de vulnerabilidade social. Neste contexto da adoção de crianças maiores há um retrocesso no próprio conceito de criança.

Concluo que houve o predomínio do sentimento de medo por parte dos pretendentes e representações negativas na maioria dos aspectos relacionados à adoção nos fragmentos analisados. Dessa forma, ressalto que os estigmas causam grandes prejuízos à construção do vínculo entre pais e filhos e em contexto social e comunitário reforçam preconceitos e por consequência privam crianças e adolescentes de serem filhos e desfrutarem de seu direito de pertencer a uma família.

Ainda como resposta à proposta deste estudo, reforço a importância da preparação dos pretendentes à adoção, a fim de promover reflexões sobre suas vivências, concepções, expectativas, medos e desejos, para que após o processo, questões mal resolvidas ou equivocadas não comprometam o vínculo na nova família. Neste sentido, os grupos de apoio tornam-se um espaço importante de desconstrução de estigmas e transformação das representações sociais negativas a respeito da adoção. Além disso, o acompanhamento psicológico dos pretendentes e da criança durante a etapa de aproximação pode ser uma ferramenta importante de apoio, acolhimento e esclarecimento de dúvidas que possam surgir neste período.

Dentre as ações que julgo necessárias para promover mudanças nas representações sociais sobre a adoção e suas especificidades, destaco uma postura cuidadosa e crítica ao comunicar, a fim de interromper a propagação de mitos e preconceitos que diminuem e deslegitimam a adoção, criminalizam crianças e adolescentes vulneráveis e divinizam aqueles que decidem adotar, para tal, faz-se necessário um trabalho interdisciplinar entre todos os órgãos e instituições que constituem a rede de proteção da infância e da adolescência para que os discursos estigmatizantes não se legitimem nesses espaços e em suas práticas e a partir disso possam questionar e enfraquecer os preconceitos presentes nos discursos do senso comum.

No campo acadêmico faltam pesquisas que se interessem pela história do filho adotivo e estudem os dois lados da vivência da criança - suas experiências na família biológica, incluindo o rompimento e a adaptação em uma nova família, assim como ampliar estudos e discussões sobre adoção interracial, por casais homoafetivos e a adoção unilateral.

Os benefícios desta pesquisa poderão se estender ao compartilhamento dos achados teóricos com toda a comunidade científica e profissional, extrapolando os muros universitários e chegando principalmente até as famílias, além de servir como embasamento teórico para os grupos de apoio à adoção, uma vez que esta pesquisa se concentrou nas atividades realizadas por um desses grupos, desta forma, este estudo pode colaborar na sustentação teórica e científica dessas iniciativas.

Por fim, este estudo evidenciou a necessidade de se pensar os laços adotivos para além dos aspectos jurídicos, mas também considerar e valorizar seus aspectos sociais e afetivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. **No bico da cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

ALMEIDA, A. M. O. A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos. **Ser social**, n.9, jul-dez, 2001, p. 129-59.

AMIM, I. D.; MENANDRO, P. R. M.. Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, 2007.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1981.

AULER, J. A. **Adoção e direito à verdade sobre a própria origem**. 2010. Disponível em: <<https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/465/4/D1v1942010.pdf>>. Acesso em 30 de jun de 2022.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BASTOS, A. B. **Direitos humanos das crianças e dos adolescentes: as contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos humanos infanto-juvenis**. 2012.

BEE, H. **Acriança em desenvolvimento**. 9ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, p. 101-122, 2017.

BRASIL. Lei 3.133, de 8 de maio de 1957. Dispõe sobre atualização do instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de maio de 1957.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a política de atendimento e a garantia de direitos a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 nov. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de agosto de 2009.

BRASIL. Lei 9.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de agosto de 2009.

BRAUN, V.; CLARKE, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa.

BRAUNER, M. C. C; ALDROVANDI, A. **Adoção no Brasil: aspectos evolutivos do instituto no direito de família**. 2010. Disponível em <<http://repositorio.furg.br/handle/1/5178>>. Acesso em 12 de jun. De 2022.

CALDANA, R. H. L.. A educação de filhos em camadas médias: transformações no ideário e orientação de pais. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 109-121, 1995.

CAMARGO, M. **Adoção Tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)**; 2005. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf;jsessionid=F6C22A3F1309E45D9910376E89A8DA2A?sequence=1>.

CECHINEL, A. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./Jun., 2016.

COMIN, Fabio Scorsolini; AMATO, Lissandra Maria; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. **Revista da SPAGESP**, v. 7, n. 2, p. 40-50, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>. Acesso em 22 de jun de 2022.

COSTA, L. F., Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 19(3), 221-230.

COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 20(3), 425-434. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2022

DINIZ, J. S.; **Este meu filho que eu não tive: A adoção e seus problemas**. Porto: Afrontamento, 1993.

DOLTO, F. **Seminário de Psicanálise de Crianças**. (1988) São Paulo: Martins Fontes, 2013.

EBRAHIM, S. G. (2000). As possibilidades da adoção tardia. *Psico*, 31(1), 171-178.

DUNKER, C I L. (2006). A função terapêutica do real: trauma, ato e fantasia. **Pulsional Revista de Psicanálise**, 19(186): 15-24.

FERNANDES, M. B.; DOS SANTOS, D. K. Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 28, n. 63, p. 67-88, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREUD, S. (1917a). Conferência XVIII: Fixação em traumas - o inconsciente. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVI, Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 323-336.

GARRAFA, T. (2019). **Os pais chegam antes**. Revista Cult, (251), 27-29.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12. Ed. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2011.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jun 2023.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. spe, p. 33-46, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel (orgs). **Representações sociais em movimento**. Psicologia do ativismo político. Porto Alegre: EdUPUCRS, p. 77-91, 2010.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HAMAD, N. **Adoção e parentalidade: Questões atuais**. Porto Alegre: CMC Editora, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo demográfico brasileiro de 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>>. Acesso em 01 de agosto de 2023

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais., 2022, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2a edição. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 01 de agosto de 2023

ISHIDA, V. K. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2011.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

KLAHR, A. M., BURT, S. A., LEVE, L. D., SHAW, D. S., GANIBAN, J. M., REISS, D., NEIDERHISER, J. M. (2017). Birth and Adoptive Parent Antisocial Behavior and Parenting: A Study of Evocative Gene-Environment Correlation. **Child development**, 88(2), 505–513. <https://doi.org/10.1111/cdev.12619>. Acesso em 20 de maio de 2023.

LEVE, L. D., Harold, G. T., Ge, X., Neiderhiser, J. M., Shaw, D., Scaramella, L. V., & Reiss, D. (2009). Structured parenting of toddlers at high versus low genetic risk: two pathways to child problems. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, 48(11), 1102–1109. <https://doi.org/10.1097/CHI.0b013e3181b8bfc0>. Acesso em 20 de maio de 2023

LEVINZON, G. K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004 – Coleção clínica psicanalítica.

LEVINZON, G. K. Adoção inter-racial na clínica psicanalítica: a construção de um sentimento de identidade própria. **Rev. bras. psicanál**, São Paulo , v. 47, n. 2, p. 166-175, jun. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2013000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jul. 2023.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos**. Editora Blucher, 2020.

LUNA, M. B. C. S. D. **Representações sociais da deficiência nas famílias: um estudo comparativo**. 2014. 126 f.. Dissertação(Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2014

MACHADO, L. V.; FERREIRA, R. R.; SERON, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, 6(1), 65-81. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100006&lng=pt&tlng=pt

MANNONI, M. **O que falta a verdade para ser dita**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2019

MAUX, A.A.B; DUTRA, E. **A adoção no Brasil: algumas reflexões**. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-> . Acesso em: 30 de jun de 2022.

MELLO, A. G. M.. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 10, p. 3265-3276, Out. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003265&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun 2019. p. 3266.

MINAYO, M.C.S. O desafio da pesquisa social. **In.** MINAYO, M.C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção temas sociais). (p.09-29)

MORAES, W **Adoção e verdade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: Investigações em psicologia social. 2003. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, M. Social representation and social explanations: From the "naive" to the "amateur" scientist. **In:** HEWSTONE, M. (Ed.) **Attribution Theory Social and Functional Extensions**. Oxford: Blackwell, 1983.

MOTTA, M. A. P. (2005). **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, T. **Adoção de crianças com deficiência: perspectivas de pais adotantes e pretendentes à adoção**, 161 f., 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem), UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2020.

PIOVESAN, F. **A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos**. 2001.

PLOMIN, R et al. **Genética do Comportamento-5ª Edição**. Artmed Editora, 2016.

RANGEL, N. C. R.; ARRAUJO, T. Z. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 62, núm. 2, 2010, pp. 187-200 Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

ROSA, D. B. DA .. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 97–110, 2008.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUFINO, S. Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial. **Revista Katálisis**, v. 5, n. 1, p. 79-88, 2002.

SAMPAIO, D. DA S.; MAGALHÃES, A. S.. Temporalidade no Estabelecimento do Vínculo Parento-Filial em Adoções Malsucedidas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e247866, 2023.

SANTOS, C. E.. **Em nome do pai, da mãe e dos filhos: a (des) ordem da família e suas regulações educacionais nos discursos pastorais da igreja católica**. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45722>. Acesso em: 01 de ago. de 2023.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Pernambuco: UFPE, 2005.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINKY, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 3a reimp. da 1a ed. de 1993. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73-84.

SCHREINER, G. **Por uma cultura da adoção para a criança?**. São Paulo: Consciência Social, 2004.

SCHETTINI, F.L. **As dores da adoção**. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. A.; DIAS, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, 11(2), 285-293. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S141373722006000200007>. Acesso em 19 de jun de 2023.

SCHWOCHOW, M. S. **Tornar-se mãe por adoção: a espera por um filho**. 2018. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/181159>>. Acesso em 3 de maio de 2023.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVA, M. P. O. (2018). **Adoção: Tempo de espera e mudança de perfil dos habilitados**. In G. K. Levinzon, & A. D. Lisondo. (Orgs.), **Adoção: Desafios da contemporaneidade** (pp. 117-136). Blucher.

SOUZA, S. D. e LEMOS, C. T.. **A casa, as mulheres e a Igreja: violência doméstica e Cristianismo, In: A casa, as mulheres e a Igreja. Relação de Gênero e Religião no contexto familiar**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

SZEJER, M.; STWARD, R. (1997). Nove meses na vida de uma mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Socialização de Gênero e Adolescência. *Estudos feministas*, Florianópolis, 13(1) p. 147-172, janeiro-abril, 2005.

VARGAS, M. M. 1998. Adoção tardia: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 19

VINCOLETO, A. C; DOS SANTOS, J. A. Meu filho veio por adoção, a quem interessa essa história? **In Parentalidade adotiva: Estudos diálogos e reflexões**. PEREIRA, Verônica Aparecida(org.). Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A.S.P, OVILEIRA, D. C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. 2. ed. Goiânia: Cultura e Qualidade, 2000. Cap. 1, p. 3-27.

WEBER, L. N. D. (1999). **Laços de Ternura: Pesquisas e histórias de adoção** (2a ed.). Curitiba: Juruá.

WEBER, L. N. D. **Aspectos Psicológicos da Adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.

WINNICOTT, D.W. (1959a) **Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar**. In: WINNICOTT, D.-W. (1959) A família e o desenvolvimento individual. 3a.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.193-212.

VINCOLETO, A. C.; SANTOS, J. A. Meu filho veio por adoção, a quem interessa essa história?. **PARENTALIDADE ADOTIVA**, p. 89. 2021

ZORNIG, S. A.-J.; LEVY, L. Uma criança em busca de uma janela: função materna e trauma . **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 28-37, 2006. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v11i20p28-37. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/118000>. Acesso em: 9 jul. 2023.